

**Patrimônio Mundial e Comunidade: um estudo de caso da atuação da
CoopBabilônia na zona de amortecimento do sítio Rio de Janeiro –
paisagens cariocas entre a montanha e mar no Morro da Babilônia (1995 - 2015)**

Ana Cristina de Souza Gonçalves

Pesquisa desenvolvida no âmbito da 1ª Chamada Pública de Pesquisas do Centro Lucio Costa/CLC-IPHAN, Centro de Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO.

Rio de Janeiro

2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO 1 – Sítio Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar.....	6
1.1 – Rio de Janeiro, cidade-patrimônio.....	6
1.2 – A cidade-patrimônio mundial e a cidade do Rio de Janeiro.....	10
1.3 – Rio cidade-patrimônio e a questão da comunidade.....	13
CAPÍTULO 2 - Comunidade, o sítio patrimonial e sua zona de amortecimento no Morro da Babilônia.....	18
2.1 – A ocupação do Morro da Babilônia.....	18
2.2 – Relação dos moradores com o sítio patrimonial e sua zona de amortecimento.....	22
2.3 – Construindo uma zona de amortecimento.....	31
CAPÍTULO 3 – A Cooperativa de Reflorestamento Coopbabilônia.....	39
3.1 – Cotidiano de trabalho: local, transversal, não-institucional.....	39
3.2 – Educação ambiental comunitária.....	40
3.3 – Parceiros e projetos.....	44
3.3.1 – Associação de Moradores da Rua Lauro Müller, Ramon Castilla, Xavier Sigaud e Adjacências – ALMA.....	44
3.3.2 – Shopping Rio Sul.....	47
3.3.3 – Projeto Mutirão Reflorestamento.....	50
3.3.4 – Projeto Trilhas.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS – Comunidade e Patrimônio Mundial: diálogos possíveis.....	69
BIBLIOGRAFIA.....	72

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa enquadra-se na área temática prioritária Práticas de Gestão do Patrimônio da Humanidade da I Chamada de Pesquisa do Centro Lucio Costa – Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio Categoria II da UNESCO, circunscrevendo-se ao sítio Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar declarado Patrimônio Mundial no ano de 2012.

Tem como objeto de estudo a atuação da cooperativa comunitária Coopbabilônia entre os anos de 1995 e 2015 na promoção do desenvolvimento sustentável da zona de amortecimento no Morro da Babilônia, localizado em área ocupada pela comunidade Babilônia. Para a condução deste trabalho utilizo três conceitos para instrumentalizar minha análise: comunidade, desenvolvimento comunitário e zona de amortecimento. Em comunidade recorro à abordagem de Costa (2005) que a compreende como uma trama de redes sociais em interação. Um segundo conceito que utilizo e que vincula-se diretamente à ideia de comunidade, é o de desenvolvimento comunitário como preconizado por Huie (1976), que o define como sendo um processo de tomada de decisão local e de desenvolvimento de programas que visam tornar a comunidade um melhor lugar para viver e trabalhar. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que compreende o desenvolvimento comunitário como uma ação coletiva cujo objetivo é o de solucionar problemas comuns e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Ainda que não integre oficialmente os sítios declarados pela UNESCO Patrimônio da Humanidade, a zona de amortecimento é um importante elemento de preservação do bem cultural. Define-se como a área circundante ao patrimônio e é delimitada considerando-se a área de entorno do bem e aqueles elementos que atuam com um suporte importante à sua proteção. (UNESCO-WORLD HERITAGE CENTRE, 2013; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION/WORLD HERITAGE CENTRE, 2009).

Sendo assim, optei pela realização de um estudo de caso sobre a atuação da Coopbabilônia na zona de amortecimento do sítio chancelado pela Unesco no Rio de Janeiro localizado no Morro da Babilônia. Além da realização de trabalho de campo e de entrevistas com representantes da cooperativa e de instituições parceiras, esta pesquisa valeu-se também da consulta de documentos institucionais da Coopbabilônia e bem como do IPHAN, instituição responsável pela gestão do sítio carioca.

Meu objetivo, portanto, é refletir sobre a relação entre Patrimônio Mundial e Comunidade a partir da análise das ações implementadas por esta instituição na zona de amortecimento no Morro da Babilônia, considerando seu impacto sobre esta área e o sítio declarado Patrimônio Mundial pela Unesco na cidade do Rio de Janeiro. Além de compreender os usos e as apropriações comunitárias relativas à área de amortecimento no Morro da Babilônia e ao sítio que lhe é correspondente, interessa-me compreender a dinâmica desta instituição comunitária verificando como isto influencia em suas ações de preservação do bem cultural.

Isto importa porque considerando a especificidade do meu objeto – uma instituição comunitária de base – o trabalho realizado me ajuda a compreender em que medida a resolução de demandas comunitárias locais, não vinculadas a um discurso patrimonial preservacionista tradicional, coopera para a sustentabilidade de um bem cultural com o qual a comunidade se relaciona. Ou seja, para se preservar patrimônios é imperativo que se recorra aos cânones da narrativa patrimonial oficial? Ou será que não apenas por formas e estilos, a preservação patrimonial material deve ser guiada *também* pela intenção de preservar não necessariamente o Patrimônio, mas a comunidade e as relações que interagindo com ele lhes conferem significados beneficiando-o? Se for este o caso, ou seja, se a preservação de um patrimônio mundial também é legitimada por seu potencial de ressonância na comunidade local, a cooperativa de moradores que atua no Morro da Babilônia deve ser considerada um ator de importância fundamental à preservação do sítio carioca; em especial de sua zona de amortecimento no Setor C.

Além da produção de informações consubstanciadas referentes ao setor do C do sítio Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar, esta pesquisa justifica-se na medida em que contribui para o estabelecimento de ações de cooperação entre atores comunitários locais e instituições responsáveis à gestão do sítio e da zona de amortecimento. Ações de cooperação que considerem o testemunho desta população, bem como o legado ainda hoje mantido por ela ao sítio patrimonializado.

Em sua estrutura este trabalho conta com uma introdução, três capítulos e uma conclusão. O capítulo 1 “Sítio Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e mar”, apresenta o sítio consagrado Patrimônio Mundial pela Unesco e sua inserção no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro problematizando o processo de marginalização sofrido pelas populações relacionadas ao bem cultural. A partir de um diálogo com a história das comunidades residentes na zona de amortecimento no Morro da Babilônia, no capítulo 2 “Comunidade, o sítio patrimonial e sua zona de amortecimento no Morro da Babilônia”,

detenho-me ao processo de construção do morro como um patrimônio a ser preservado para estas populações apontando sua contribuição à preservação e conservação do bem. No terceiro capítulo “A Cooperativa de reflorestamento Coopbabilônia”, trago um panorama da instituição tendo como referência as informações coletadas durante minha pesquisa de campo na instituição.

Em “Comunidade e patrimônio mundial: diálogos possíveis”, concluo este trabalho levantando alguns apontamentos acerca desta relação entre comunidade e patrimônio mundial.

Ao longo do trabalho utilizo o termo favela e comunidade para me referir às coletividades residentes no Morro da Babilônia. O termo *favela* é especialmente empregado quando meu objetivo no texto é o de realçar a alegada incompatibilidade entre preservação patrimonial e formas de organização coletivas orientadas por uma temporalidade e uma lógica de expansão espacial distinta daquela que é atribuída aos bens culturais quando patrimonializados por agentes do Estado. Por sua vez, o termo morro é utilizado em referência à formação geológica denominada Morro da Babilônia.

CAPÍTULO 1 – SÍTIO RIO DE JANEIRO: PAISAGENS CARIOCAS ENTRE A MONTANHA E O MAR

1.1 – RIO DE JANEIRO, CIDADE-PATRIMÔNIO

Em 2012 após iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a UNESCO concedeu à cidade do Rio de Janeiro o título Patrimônio Mundial. Seu Valor Universal Excepcional foi justificado pela relação singular que seus habitantes estabeleceram com o clima, a vegetação e a topografia local; o que de acordo com os proponentes acabou por moldar os modos de viver e socializar (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, s/d).

Organizado em três setores o sítio *Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar*, engloba aqueles que foram considerados os principais elementos estruturantes da paisagem cultural da cidade. No Setor A – denominado A Montanha, a Floresta e o Jardim – estão incluídos o Parque Nacional da Tijuca, o Parque Lage e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Sua zona de amortecimento é formada por um corredor ecológico que visa proteger a flora e a fauna da região, sendo composto pela área do Parque Nacional e pelo entorno do Jardim Botânico. No Setor B – Entrada da

Baía de Guanabara e as Bordas D’água, encontram-se o Parque do Flamengo, os fortes na entrada da Baía de Guanabara, a Orla de Copacabana com seus pontões rochosos (Morro do Leme, Forte de Copacabana e Ponta do Arpoador), incluindo a região compreendida entre o mirante do Corcovado no Rio de Janeiro e o mirante do Morro do Pico na cidade de Niterói (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, s/d).

Intitulado A Paisagem Urbana, o Setor C é definido integralmente como zona de amortecimento. É constituído pela malha urbana da cidade que conecta o mar e a montanha e demarcado pelos elementos naturais do entorno do sítio, sendo considerado elo de interligação e de proteção dos demais setores. Enquanto zona de amortecimento sua função é contribuir para a sustentabilidade, promoção, proteção, apreciação visual e integridade do Valor Universal Excepcional atribuído ao sítio estabelecido nos setores A e B (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, s/d).

À consagração internacional seguiu-se uma série de ações visando garantir a preservação e viabilizar a gestão do patrimônio. Ainda no ano de 2012 a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro assina o decreto nº 35.879 de 5 de julho de 2012 que dispõe sobre o Rio como

patrimônio da humanidade. Este cria o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH que além de gerir o sítio reconhecido pela Unesco, incorporou as atribuições da antiga Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design. Igualmente Constitui o Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Cultural para financiar projetos e programas relativos à política de patrimônio cultural da cidade, estabelecendo o dia 1º de julho como Dia do Patrimônio Mundial. Institui ainda cinco Unidades de Patrimônio da Humanidade – UPHs, com a função de monitorar o ordenamento urbano e a adequabilidade da paisagem dos elementos do sítio: Parque do Flamengo, Orla de Copacabana, Floresta da Tijuca/Jardim Botânico, Floresta da Tijuca/Corcovado e Pão de Açúcar.

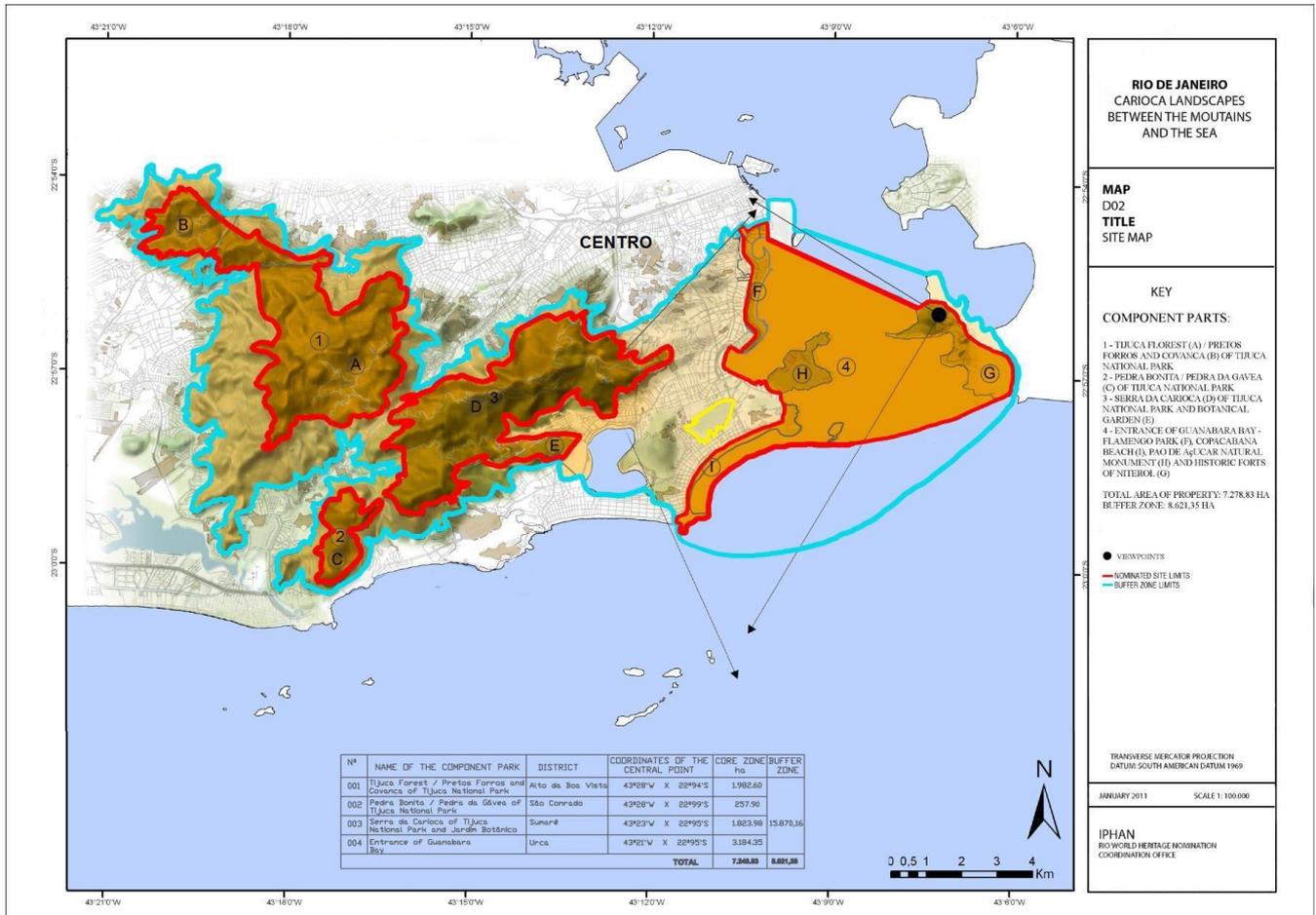
Figura 1 - Rio de Janeiro visto do Forte do Pico em Niterói, 2012.¹



Figura 2 – Mapa do Sítio, 2014²

¹ Disponível em <<http://veja0.abril.com.br/assets/images/2012/6/82499/rio-mais-rio-de-janeiro20120615-62-size-598.jpg?1339790537>>. Acesso em 03 out. 2016.

² INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Site management plan -Rio de Janeiro: carioca landscape between the mountain and the see.** 2014. 193 p.



- 1 – Parque Nacional Floresta da Tijuca (A); Pretos Forros e Cavanca (B)
 2 – Pedra Bonita; Pedra Bonita (Floresta da Tijuca)
 3 – Serra da Carioca (Floresta da Tijuca)
 4 – Entrada da Baía de Guanabara/Parque do Flamengo (F); Praia de Copacabana (I); Pão de Açúcar (H); Forte Histórico de Niterói (G)
- Sítio (7.278.83 ha)
 — Zona de Amortecimento (8.621.35 ha)
 — Morro da Babilônia
 — Ponto de Visão

Observação: indicação da localização CENTRO e do Morro da Babilônia incluídas no mapa pela autora.

Considerando o sítio como um vetor para o desenvolvimento social e econômico, o IPHAN afirma que sua gestão deverá associar planos e ações que promovam o desenvolvimento sustentável local e a participação social (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014). Um discurso que se alinha ao do texto legal municipal, quando este afirma que a declaração como patrimônio mundial é uma classificação que traz em si o reconhecimento das distintas comunidades humanas no processo civilizatório da cidade; o que por sua vez conduz a uma

compreensão do bem cultural ‘Rio de Janeiro’ como um produto resultante dos múltiplos elementos que constituem as identidades das populações integrantes da sociedade carioca (BRASIL, 2012).

A complexa localização do sítio em área urbana adensada e a necessidade de promoção da participação social, acabaria por demandar uma gestão integrada; combinando ações nos campos da cultura, meio ambiente, planejamento urbano e arquitetura. Tal perspectiva levou à criação do Comitê de Gestão do Patrimônio Cultural cujo objetivo é orientar as ações relativas ao sítio, realizando as articulações necessárias entre os diversos atores governamentais – nas esferas municipal, estadual e federal – e não governamentais relacionados ao bem (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014).

Assim, afirmam os atores institucionais, que a respeito da gestão da zona de amortecimento devem ser consideradas, não apenas, as áreas de Proteção de Ambiência Cultural e os diversos parques municipais localizados nos bairros inseridos no perímetro do sítio; como devem-se incluir as Unidades de Conservação localizadas nos Morros da Babilônia, São João, Saudade, Cabritos e Catacumba (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014; BRASIL, 2012). Salientando-se que destes, três – São João, Cabritos e Babilônia – são morros ocupados por favelas cujas territorialidades, apesar de inseridas na área delimitada da zona de amortecimento do sítio patrimonial, não são citadas nos documentos oficiais como elementos integrantes deste setor (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, s/d).

Localizado na zona sul da cidade o Morro da Babilônia avizinha-se ao sítio declarado Patrimônio Mundial pela Unesco, constituindo-se num dos elementos de sua zona de amortecimento no Setor C. Contudo, se quando da análise do dossiê que estabelece os elementos para reconhecimento internacional chama a atenção o silêncio institucional acerca dos residentes no Morro da Babilônia, verifica-se que esta mesma população ganha corpo no plano de gestão do sítio elaborado pelo IPHAN com o objetivo de viabilizar a sustentabilidade da área patrimonializada. Ainda que reconhecendo o bom estado de conservação do sítio e do Setor C, neste documento as comunidades ocupantes dos morros da cidade são citadas como um dos fatores causadores de pressão sobre o bem, sendo listadas ao lado de problemas urbanos como a poluição da Baía de Guanabara, os ambulantes e moradores de rua e as frequentes enchentes que assolam a cidade (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014).

Considerando que há mais de duas décadas os moradores do Morro da Babilônia – um dos morros incluídos na zona de amortecimento do sítio patrimonial – realizam ações de conservação e preservação no local, é de se estranhar o posicionamento (ou desconhecimento) institucional que considera esta população como um problema que deve ser objeto da política pública municipal.

1.2 – A CIDADE-PATRIMÔNIO MUNDIAL E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro é uma cidade de contrastes que reflete a lógica das disparidades brasileiras. Sua narrativa ao mesmo tempo é construída em associação ao belo e ao feio; ao moderno e ao subdesenvolvido. Apreendida como local de moradia de trabalhadores pauperizados e ao mesmo tempo *locus* de criminalidade, em menor escala, o imaginário sobre a favela reproduz a dinâmica da cidade (MATTOS, 2011; ABREU, 2014). A favela forma-se num processo iniciado em fins do século XIX, quando em decorrência do afluxo de combatentes egressos das Revoltas da Armada e de Canudos e do agravamento da crise habitacional que afetava a cidade, se dariam as primeiras ocupações dos morros do Rio de Janeiro (ABREU, 2014; MATTOS, 2011; VALLADARES, 2008). Porém, foi a partir da reforma urbana de Pereira Passos que em 1920 a favela iria se expandir na malha urbana da cidade como resultado do crescimento demográfico e da ausência de uma política habitacional oficial (ABREU, 2014; MATTOS, 2011). A partir de então o termo *favela* se populariza, passando a referir-se a todos os aglomerados habitacionais surgidos na cidade, iniciando um processo que iria sedimentá-la no imaginário social como sendo a forma típica de habitação popular (ABREU, 2014; MATTOS, 2011; VALLADARES, 2008).

Se até os anos de 1930 as favelas existem como fato na sociedade mas ausentes das ações governamentais, a década de 1940 altera este cenário com a introdução de uma série de políticas governamentais para a contenção destes territórios. De caráter reformador, tais políticas incluíam a realização de remoções visando a higienização e a modernização da cidade, assim como a moralização das populações pobres que ali residiam (VALLADARES, 2008; ABREU, 2014; MATTOS, 2011). Surge o Parque Proletário como alternativa para a moradia popular e em 1950, por ocasião do Censo, pela primeira vez nas estatísticas oficiais se incluíria tais assentamentos (VALLADARES, 2008).

A presença da favela na cidade era um gerador de tensão frequentemente retratada de forma negativa na mídia impressa da época (ABREU, 2014; MATTOS, 2014). Contudo,

enquanto mantinha renovada a oferta de mão de obra barata para setores como a construção civil, a indústria e serviços, a favela também desempenhava um papel estabilizador na sociedade capitalista da época (ABREU, 2014). Esta dualidade igualmente pode ser vista no discurso cultural a partir do Movimento Modernista, que com sua proposta de experimentação e subversão estética, ressignifica a imagem da favela agora apropriada como um símbolo de brasilidade e autenticidade popular (ABREU, 2014) num movimento que perdura ainda hoje (VALLADARES, 2008; FREIRE-MEDEIROS, 2007).

Num nível mais amplo, igualmente se vê essa dualidade discursiva sobre a favela e sua população. Segundo relatório da UN-Habitat, órgão das Nações Unidas para assentamentos precários (2003), estima-se que hoje cerca de 1 bilhão de pessoas viva em favelas. Destas, a maioria vive em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos onde chegam a corresponder, respectivamente, a 43% e 78% da população urbana. Especificamente no caso do Brasil, a região Sudeste detém sozinha 49.8% dos domicílios localizados em áreas classificadas pelo IBGE como aglomerados subnormais. E apenas a cidade do Rio de Janeiro concentra 14,9% de domicílios neste tipo de assentamento (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Alinhada com a definição apresentada pelo instituto brasileiro, a UN-Habitat define favela como sendo área densamente povoada com acesso inadequado a água, sanitização e a outros serviços de infraestrutura. Possui baixa qualidade de moradia e ausência de segurança jurídica e habitacional. Na microescala a concentração da pobreza nestes espaços implica em consequências sociais, econômicas e psíquicas tais como o desemprego crônico, a fragmentação familiar e a estigmatização de sua população. Ainda de acordo com o documento, favelas revelariam o pior aspecto da desigualdade urbana; não havendo justificativa para sua existência no século XXI (UNHABITAT, 2003).

Entretanto, o mesmo documento também afirma que favelas são locais de grande diversidade, onde o entrecruzamento de uma multiplicidade de culturas possibilita o surgimento de novas expressões artísticas que muitas vezes emergem como movimentos culturais que alcançam notoriedade para além de seus limites. Afirma ainda que há uma forte cultura criativa e de inovação na favela; fruto justamente das fragilidades sociais e restrições materiais vivenciadas por sua população.

É também reconhecendo o valor da produção simbólica destes espaços que em 2009 o governo da Noruega propôs um debate sobre a questão do patrimônio cultural em

assentamentos precários e seu uso para a promoção do desenvolvimento local e incremento da qualidade de vida (HABITAT NORWAY, 2009). Sinalizando para o potencial de instrumentalização da cultura produzida nas favelas, o texto critica como as representações, as identidades e as narrativas patrimoniais nestes espaços vem sendo ignorada pelas políticas públicas. Afirma que estas produções simbólicas têm desenvolvido um senso de pertencimento e identidade que podem ser recursos úteis ao desenvolvimento local e aos programas de renovação urbana se eficientemente mobilizados. Tornando-se assim relevantes nos processos interessados na sustentabilidade, porque contribuem para coesão e inclusão social fomentando espaços para o exercício da cidadania. Considera entretanto, que o significado e a vivência do patrimônio cultural em favelas distancia-se da tradicional abordagem conferida por órgãos como a Unesco, interessados no excepcional e no monumental. Ao contrário, nestes contextos locais os patrimônios conformam-se enquanto um modo pragmático de interagir com as pessoas e com o meio. Fundamentado no conhecimento angariado na prática da vida cotidiana, ele confere aos bens culturais um caráter funcional e utilitário (HABITAT NORWAY, 2009). Isto revela que em contextos ausentes de um regramento patrimonial estabelecido, a relação com o bem cultural nem sempre caminha em consonância com a narrativa oficial acerca dele. Mas floresce à medida que a coletividade desenvolve, em seus próprios termos, uma relação significativa com o bem cultural (STARR, 2012; DEEGAN, 2012).

1.3 – RIO CIDADE-PATRIMÔNIO E A QUESTÃO DA COMUNIDADE

A Convenção do Patrimônio Mundial³ baseia-se na ideia de que alguns sítios naturais e culturais possuem excepcional valor para os seres humanos e que, portanto, necessitam ser preservados como parte do Patrimônio pertencente a toda a humanidade (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2008). À medida que estes bens culturais dialogam com valores globais e excedem a esfera local, a Convenção postula que sua deterioração ou desaparecimento implica na perda e no empobrecimento do patrimônio de todas as nações do mundo e não apenas de uma sociedade a qual se

³ A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco (1972) é um compromisso internacional que atua como marco regulatório para a proteção do patrimônio cultural e natural das nações do mundo. O documento define, normatiza e estabelece os parâmetros, procedimentos e os conceitos essenciais do que deve ser reconhecido como Patrimônio Mundial da Humanidade.

vincula diretamente. Um processo fundamental para o estabelecimento de uma ética global que tem na preservação dos patrimônios humanos sua referência (DROSTE, 2012).

A ênfase na necessidade de transmitirmos este patrimônio humano às futuras gerações, bem como em adotar uma política e prática de gestão que confira ao patrimônio uma função na vida comunitária, permeia seus artigos 4º e 5º e ilustram esta prerrogativa. De fato, desde 1972 a Convenção já trazia a noção de um patrimônio compartilhado vinculando pessoas e territórios. Entretanto, com a adoção do conceito de Paisagem Cultural em 1992, observa-se uma mudança de abordagem que gradativamente realçaria o vínculo entre patrimônio mundial e comunidade. Se numa macroperspectiva isto enfatiza o papel do agenciamento humano na constituição de sua organização social, numa microescala nos permite refletir acerca da atuação de determinada comunidade humana em seu compromisso na preservação e transmissão de um legado cultural que a distingue (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION/WORLD HERITAGE CENTRE, 2008; DEEGAN, 2012).

Nota-se isto já em 1994 quando o Comitê do Patrimônio Mundial alterou o parágrafo 14 da Convenção afirmando haver responsabilidades compartilhadas entre as comunidades locais e os Estados-membros na manutenção do sítio que deveriam ser reconhecidos em âmbito internacional. No ano seguinte documentos normativos recomendavam a participação da população local no processo de nomeação de um bem ao reconhecimento como patrimônio mundial pela Unesco. Tal participação seria um fator essencial à formação de um sentimento de pertencimento que impactaria positivamente na preservação e sustentabilidade do bem cultural a longo termo (RÖSSLER, 2012; DROSTE, 2012).

Com a inclusão do 5º C de Comunidade nos Objetivos Estratégicos da Convenção do Patrimônio Mundial em 2007 esta dinâmica seria ainda mais enfatizada, na medida em que compreendeu-se que para sua sustentabilidade, a preservação do patrimônio demanda que o envolvimento comunitário se dê em todo o processo de gestão do bem cultural (ALBERT, 2012; RÖSSLER, 2012, UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2007). A participação comunitária garante o acesso e o compartilhamento dos benefícios trazidos pelo sítio às comunidades locais e contribui para a redução da pobreza, tornando o C de Comunidade vital ao sucesso e à eficácia dos demais objetivos Credibilidade, *Capacitybuilding*, Comunicação e Conservação (DEEGAN, 2012; RÖSSLER, 2012; STARR, 2012; ALBERT 2012;

NEGUSSIE, E., WONDIMU, G. A., 2012; OKWARE, I., J.; CAVE, C., 2012; SUMANOV, 2011). A participação social torna-se, assim, um ingrediente indispensável ao desenvolvimento sustentável, permitindo que se aproximem planos de restauro/conservação e ações para preservação do conhecimento de povos e comunidades tradicionais que estabelecem relação com o bem cultural (UNESCO-WORLD HERITAGE CENTRE, 2004; UNITED NATIONS FOUNDATION, 2013; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012).

O C de Comunidade passa então a ser compreendido como elemento catalisador da sustentabilidade do bem atuando como um elo entre os demais objetivos. Seja porque a Credibilidade da lista de patrimônios mundiais dependa da legitimação social para ser, de fato, reconhecida como representativa da humanidade; seja porque a Capacidade de construção de competências para gerir o bem cultural requeira pessoas dedicadas a sua preservação; seja porque a Conservação do bem exija o compromisso de pessoas interessadas em perpetuá-lo; ou ainda porque a efetiva Comunicação do patrimônio não poderá ocorrer sem que haja pessoas desejosas em transmiti-lo às futuras gerações.

Tal entendimento não apenas coloca o envolvimento comunitário como um elemento-chave na gestão patrimonial, como situa o patrimônio no tempo presente, deixando claro que sua reafirmação – ou desconstrução – como coisa portadora de significado é perpassado pelas relações e pelos afetos humanos compartilhados relacionadas a ele.

Por esta perspectiva é consenso nos estudos e pesquisas dedicadas ao tema, que a participação local tornou-se central para a maior parte dos atores vinculados à prática da gestão do patrimônio no mundo (NAOMI DEEGAN, 2012; RÖSSLER, 2012; DROSTE, 2012; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012; SUMANOV; 2011). Desta leitura, conclui-se que o engajamento comunitário é positivo ao patrimônio não somente porque torna sua gestão mais sustentável, mas sobretudo porque lhe confere credibilidade. De modo que comunidade, sustentabilidade e credibilidade, tornam-se as bases da democratização do próprio patrimônio, que nesta equação encontra-se inserido no fluxo cotidiano das sociabilidades locais (DEEGAN, 2012).

E foi no fluxo das sociabilidades cotidianas, que buscando solucionar demandas comunitárias locais não vinculadas ao discurso dos órgãos oficiais de preservação, que as populações residentes no Morro da Babilônia desempenharam um papel fundamental para a viabilidade da zona de amortecimento no Setor C e para o sucesso da candidatura do

sítio carioca como Patrimônio Mundial da Humanidade quando, eles próprios, empreenderam a quase totalidade de seu reflorestamento. Efetivamente foi devido à atuação destas comunidades que a região delimitada pelo IPHAN como zona de amortecimento no Morro da Babilônia foi recuperada e posta sob proteção municipal antes mesmo do reconhecimento internacional pela Unesco.

Distinguindo-se de outros sítios declarados paisagem cultural pela Unesco que tratam-se de pequenas porções paisagísticas (vales, jardins históricos, lugares sagrados etc.), o sítio Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar localiza-se em extenso perímetro inserido nos limites da área urbana de uma grande metrópole em cuja zona de amortecimento localizam-se diversas favelas (BAHIA, 2014; HUGUENIN, J.

P. O.; ANDRADE, L. S., 2014; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, s/d; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014; BRASIL; 2012). Somado às complexidades do crescimento urbano na cidade do Rio de Janeiro, este cenário acrescenta desafios à preservação na medida em que se entende que as favelas possuem uma dinâmica de reprodução pautada na alteração (HABITAT NORWAY, 2009; BAHIA, 2014) distinguindo-se da temporalidade do patrimônio, que visa à permanência do Valor Universal Excepcional atribuído ao Patrimônio Mundial, em sintonia com os critérios de autenticidade e integridade lhes atribuídos por técnicos e suas instituições patrimoniais (UNESCO-WORLD HERITAGE CENTRE, 2013; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION/WORLD HERITAGE CENTRE, 2009; BRASIL, 2012; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO, s/d).

Com vistas a construção de uma narrativa internacionalizada da cidade do Rio de Janeiro, tais realidades – a que diz respeito ao legado deixado à comunidade no Morro da Babilônia ao bem cultural e aquela que diz respeito à marginalização desta contribuição pelos gestores do sítio carioca – evidenciam o *gap*, a inconsistência metodológica que há, ainda hoje, na relação entre as instituições produtoras de Patrimônio e aquelas comunidades mantenedoras dos patrimônios. Além disto, evidencia ainda a capacidade real que possuem as narrativas oficiais das políticas de preservação do patrimônio de contribuir para a supressão do testemunho bem como para a invisibilização de grupos populares associadas a um bem cultural que é, oficialmente, narrado enquanto representação do popular. No caso em questão isto é especialmente importante na medida

em que considerarmos que a tipologia Paisagem Cultural Urbana⁴, inserida na categoria patrimônio cultural e que qualifica o tipo patrimonial do sítio carioca, implica necessariamente no reconhecimento da contribuição das diferentes coletividades e suas produções sociais que, uma vez em interação com seu meio natural, delinearão as singularidades e as características do desenvolvimento de dada sociedade humana – a cidade do Rio de Janeiro.

Certamente esta pode não ser uma situação de fácil resolução. Pois apesar de a partir da década de 1980 a proteção de sítios urbanos no Brasil ter incorporado novas abordagens patrimoniais, ainda hoje privilegia-se valores íntegros e homogêneos (MOTTA & THOMPSON, 2010). E se associado a isto considerarmos as dinâmicas do crescimento urbano nas grandes metrópoles e que favelas possuem uma dinâmica de reprodução pautada pela alteração, distinta portanto da temporalidade do patrimônio que visa à permanência dos valores uma vez atribuídos, tem-se uma questão complexa.

De modo que para sua resolução, a própria complexidade demanda o envolvimento e a participação das comunidades localizadas na zona de amortecimento do Setor C nas ações dedicadas à manutenção da integridade desta área. Isto significa que para além de ignorar os desafios colocados à preservação de um patrimônio cujo contexto é a realidade de uma grande metrópole sul-americana, compreendo que a cooperação entre atores institucionais e não-institucionais é fundamental para possibilitar a sustentabilidade não apenas do sítio patrimonializado e de sua zona de amortecimento, como também das relações que se devem preservar, ou seja, aquelas que encontram ressonância nas práticas e nas representações das comunidades locais úteis portanto à longevidade do bem. Nos capítulos que se seguem desenvolvo melhor este meu raciocínio tendo como chave a relação entre a comunidade localizada no Morro da Babilônia e o patrimônio mundial, especialmente sua zona de amortecimento localizada neste local.

⁴ Até o momento a Unesco reconhece apenas Paisagem Cultural como tipologia oficial. A qualificação de paisagem cultural urbana é feita pela Brasil visando qualificar melhor a inscrição do Rio de Janeiro, embora essa não seja ainda uma subtipologia oficial da Unesco.

CAPÍTULO 2 – COMUNIDADE, O SÍTIO PATRIMONIAL E SUA ZONA DE AMORTECIMENTO NO MORRO DA BABILÔNIA

2.1 – A OCUPAÇÃO DO MORRO DA BABILÔNIA

Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN por seu valor paisagístico em 1973, a relação do Morro da Babilônia com a história do Rio de Janeiro remonta ao período colonial. O morro foi considerado um ponto estratégico para a defesa da cidade, pois é um dos elementos que formam uma divisão entre as áreas protegidas da baía e as áreas abertas do oceano, funcionando como um escudo natural à costa desocupada de Copacabana mais suscetível à invasões estrangeiras. Em 1670 é criada uma rede de trilhas que passaria a integrar o sistema de defesa da cidade de ataques estrangeiros; muitas delas atravessavam o Morro da Babilônia devido à sua localização. Em 1725, também com o objetivo de preservar a cidade, dá-se início à construção de um sistema de fortalezas junto ao mar. Ainda hoje é possível ver ruínas deste complexo nos Arcos do Leme, situado nos limites da área da trilha do Morro da Babilônia. Outro elemento que fala desta vocação protetiva atribuída pelo governo e pelo exército brasileiro ao território e que apresenta reminiscências no tempo presente é a estação telegráfica; um ponto de observação militar construído em 1805 no topo do morro. Tal função protetiva seria revivida em meados do século 20, quando em 1943 por conta da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o Morro da Babilônia foi novamente utilizado pelo exército como base de vigilância costeira por meio da construção de casamatas no local (DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - REVISTA RIO SUL, 2015).

Figura 3 - Vista do Morro da Babilônia para a Praia de Copacabana, 1930⁵



Foi apenas na primeira década do século XX que o Morro da Babilônia adquire uma nova função passando a ser ocupado por populações pobres em busca de moradia na cidade. Seus primeiros moradores teriam sido militares de baixa patente e operários impulsionados pela reforma urbana promovida pelo então prefeito Pereira Passos na região central do Rio de Janeiro entre os anos de 1902 e 1906 (MATTOS, 2011). Já em 1907 a grande imprensa da época trazia registros de moradores no Morro da Babilônia; os precursores do que hoje é a comunidade da Babilônia (MATTOS, 2011). Neste período a prefeitura havia baixado um decreto proibindo a construção, bem como a permanência de moradores nos cortiços que consistiam na principal forma de habitação popular da cidade. A expulsão dos que ali residiam conduziu a um deslocamento populacional em direção aos morros, cujas encostas passaram a ser utilizadas como local de moradia (DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - REVISTA RIO SUL, 2015; MATTOS, 2011). A história oral local, entretanto, estabelece a década de 1930 como seu período de “fundação” capitaneado por migrantes vindos de diversos estados brasileiros como Minas Gerais e Paraíba.

⁵Disponível <<http://static1.squarespace.com/static/517e9335e4b0847823500845/55140c26e4b0ff909151e207/55140c74e4b0435203ec18a4/1427377387107/download+%281%29.jpg?format=750w>>. Acesso em: 05/05/2016.

Figura 4 - Primeiros moradores do Morro do Leme e Babilônia, circa 1930.⁵



A comunidade residente no Morro cresceu sem qualquer infraestrutura até os anos de 1960, quando pela primeira vez serviços públicos de água e luz chegaram à região que atualmente possui cerca de 2.451 habitantes (DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - SATHLER, E. B.; STEPANSKY, D. V., 2004).

A inauguração da Unidade de Polícia Pacificadora - UPP nas comunidades da Babilônia e do Chapéu Mangueira em 2009 provocou grandes alterações neste cenário. Isto porque fazia décadas que Babilônia sofria com as disputas territoriais relacionadas ao comércio ilegal de drogas por grupos criminosos que valiam-se da região da mata como local de esconderijo e rota de fuga (DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - REVISTA RIO SUL, 2015; MORAES, 2013). Suprimidas as ações destes grupos, tornou-se viável a visita e circulação de pessoas não residentes nestas comunidades e o surgimento de uma rede de comércio local composta por lojas, pousadas e restaurantes voltada a este público externo e ao turismo comunitário (MORAES, 2013; FREIRE-MEDEIROS, 2007).

⁵ Disponível em <http://static1.squarespace.com/static/517e9335e4b0847823500845/51ee9115e4b0a0409593e791/51ee9341e4b0939af71a76da/1374589762937/1134-ladlem6.jpg?format=1500w>. Acesso em: 05/05/2016.

Em 2011 o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro – instrumento legal cujo objetivo é o de ordenar o desenvolvimento da cidade, garantindo seu pleno funcionamento e o bem estar de seus habitantes – define o Morro da Babilônia como Sítio de Relevante Interesse Paisagístico. Dois anos depois, a prefeitura do Rio de Janeiro promulga o decreto n.º 37.231 de 5 de junho de 2013 que cria o Parque Natural Municipal Paisagem Carioca, incluindo neste o Morro da Babilônia.

Desde 1999 a comunidade Babilônia é considerada Área de Especial Interesse Social pela lei 29/12 de 29 de outubro de 1999. Segundo dados do Instituto Pereira Passos⁶, Babilônia trata-se de uma comunidade com um alto percentual de mulheres e adultos; 51% e 46% respectivamente.

Em Babilônia 76% dos imóveis são próprios, o que traz maior estabilidade a seus moradores. Além da segurança domiciliar, isto permite que projetos que demandam maior investimento de tempo e dedicação sejam desenvolvidos sem grandes rupturas. Este pode ser um elemento que ajuda a explicar a continuidade, durante décadas, do trabalho realizado pelos moradores locais que integram a cooperativa Coopbabilônia.

Quase a totalidade da comunidade – 99,6% - é servida por abastecimento de água tratada. Uma porcentagem ligeiramente menor dos domicílios – 94% - está ligada a rede de esgotamento sanitário adequado. O serviço de coleta de lixo, seja pelo serviço de coleta porta em porta, seja pela disponibilização de caçambas de lixo, abrange a totalidade da comunidade – 99,7%. Da totalidade dos 777 domicílios, 93,7% tem acesso à energia elétrica.

O índice de alfabetização entre pessoas com 15 anos ou mais corresponde à 84,1% na Babilônia. De 777 domicílios, a metade ou 49,8% possuem renda entre ½ a 1 salário-mínimo. O que informa sobre o grau de vulnerabilidade das condições de vida local.

Classificada pela prefeitura como uma comunidade em processo de urbanização, Babilônia é bem servida por serviços sociais governamentais e civis. Das instituições públicas a comunidade conta com um centro municipal de saúde, uma creche municipal, uma escola municipal de ensino fundamental e um centro de formação e qualificação profissional vinculado ao governo do estado.

⁶ Disponível em <<http://www.riomaisocial.org/territorios/chapeu-mangueira-babilonia/>> Acesso em: 05/05/2016.

A comunidade possui ainda uma rica vida social com instituições locais que desenvolvem ações direcionadas a diferentes públicos. Destas cito: a Associação de Educação Familiar e Social que desenvolve gratuitamente o projeto esportivo Luta Cidadã voltado ao público infantil e jovem. A ONG Dignitá que oferece aulas de reforço, oficinas culturais, cursos de informática e cineclube. A Escolinha Tia Percília é outra instituição local que oferece aulas de reforço escolar e oficinas artísticas para crianças locais. Mulheres Guerreiras da Babilônia trata-se de um projeto com foco em geração de renda que oferece aulas de artesanato para mulheres.

Além destes há ainda ações locais cujo tema se relaciona a sustentabilidade e meio ambiente. Favela Orgânica é um projeto social que atua na articulação entre sustentabilidade, segurança alimentar e o reaproveitamento de alimentos. Quintais Produtivos é um projeto de hortas domiciliares desenvolvido nas comunidades Babilônia e Chapéu Mangureira. Recentemente a Associação de Moradores da Babilônia sinalizou para a criação de um projeto de hortas medicinais na comunidade.

2.2 - RELAÇÃO DOS MORADORES COM O SÍTIO PATRIMÔNIO MUNDIAL E SUA ZONA DE AMORTECIMENTO

Babilônia está a 200 metros da área do sítio chancelado pela Unesco como Patrimônio Mundial na região da orla marítima da cidade do Rio de Janeiro. Pelo que foi verificado, o reconhecimento pela Unesco não alterou a relação da população com o local. Efetivamente entre as pessoas entrevistadas, apenas uma disse ter conhecimento da inclusão da Praia do Leme no sítio patrimonial. Nenhuma porém, demonstrou ter conhecimento da inclusão do Morro da Babilônia como um dos elementos da zona de amortecimento. Nisto incluo o pessoal da Coopbabilônia.

Credito isto à ineficiência institucional em estabelecer uma clara e direta comunicação com a comunidade que informasse sobre o processo de patrimonialização tentado pelo IPHAN junto à Unesco, como recomendado nos Objetivos Estratégicos da Convenção do Patrimônio Mundial. De modo que não se pode dizer que a relação que a comunidade estabelece com o sítio ou a zona de amortecimento seja resultante de certa ‘incorporação’ dos valores ressaltados na inscrição e exposto em seu dossiê de candidatura. Como se verá, a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco não trouxe impactos significativos na relação da comunidade com o bem ou em sua dinâmica interna (a UPP

com seu policiamento ostensivo teve um impacto muito mais significativo neste sentido), mas certamente o reconhecimento do sítio e de sua zona de amortecimento, nos termos em que foi feito, foi apenas possível devido a uma relação entre comunidade e bem cultural iniciada e fundamentada muito antes do ano de 2012.

Ainda que tenha o Pão de Açúcar em sua vizinhança, é com a orla marítima na Praia do Leme que se dá a maior interação entre comunidade e sítio. Devido à proximidade e ao fácil acesso, ao longo das décadas seus moradores estabeleceram uma forte relação com o mar e a praia, onde estes territórios da cidade são ao mesmo tempo fonte de renda para parte de sua população e local de lazer.

Gratuito, o banho de mar é o mais popular programa realizado pelos moradores e suas famílias. A faixa de areia é o centro de treinamento e o campo de competição do Embalo Futebol Club. A orla marítima ou “calçadão”, como é conhecida a pista beiramar de pedras portuguesas, é o local onde anualmente desfila o bloco de carnaval Boca Seca. A Pedra do Leme está estrategicamente localizada para receber os pescadores e os banhistas que mergulham no mar de seu mirante. Para além da cultura e o lazer, também é da praia que gerações de famílias locais tiram seu sustento a partir de seus pequenos comércios locais.

Figura 5 - Comunidade Babilônia no alto à direita e sua vizinhança com o sítio Unesco na orla marítima da cidade do Rio de Janeiro, 2015⁷.

⁷ Disponível em <<http://territorios.com.br/wp-content/uploads/2015/04/babilonia.jpg>>. Acesso em: 05/05/2016.



Figura 6 - Pedra do Leme e o sítio Unesco na orla marítima, 2015⁸.



Figura 7 – Vista da orla marítima da Pedra do Leme, 2014⁹.

⁸ Disponível em <<https://solsaletal.files.wordpress.com/2015/06/62506649.jpg>>. Acesso em 05/05/2016.

⁹ Disponível em <<http://loucosporpraia.com.br/wp-content/uploads/2014/07/leme-rio-de-janeiro-porfilho-do-rei.jpg>>. Acesso em 05/05/2016.



Os usos do sítio feitos pela comunidade guardam relação com suas instituições e modo de vida.



Figura 8 – Time do Embalo Futebol Club, 2010¹¹.

Exemplo disto é o Embalo do Leme Futebol Club, tradicional clube de futebol de praia (*beach soccer*) foi criado por moradores das comunidades Babilônia e Chapéu Mangueira e teve seu auge na década de 1990. Detentor de seis títulos, é o único time hexacampeão pelo Campeonato Carioca de Futebol de Praia. Dois de seus jogadores

também moradores da comunidade – Benjamin e Júnior Negão – integraram a seleção brasileira de futebol de areia representando o Brasil em competições internacionais.

Figura 9 - Desfile do bloco de carnaval do Boca Seca na orla marítima, 2015¹².



O Boca Seca é um bloco de carnaval originado nas comunidades Babilônia e Chapéu Mangueira na década de 1960. Segundo moradores, assim como o extinto bloco Aventureiros do Leme, estes coletivos foram importantes elementos de coesão entre as duas comunidades que vinham de um histórico de rivalidades entre si. Composto por moradores locais, anualmente o bloco desfila na orla marítima durante o carnaval da cidade.

¹¹ Disponível em <http://1.bp.blogspot.com/_beG1CSHkCTc/TPQHhKpo_AI/AAAAAAAAADY/IT7WdS_4w4s/s1600/OgAAAC6mXzdfdQ5eOPZQA2sC3McirBowyEZu16v99Z0TteL5sNCpDFgFIPCUAtu7v04mq1lP9LHwN5NuMr5on9nQAsAm1T1UPyLaBnu6_rp9vN9FuW0fjbYsAjy.jpg>. Acesso em: 05/05/2016.

¹² Disponível em <http://4.bp.blogspot.com/_iaYT11klpg/TU9IWf6dJ3I/AAAAAAAAABE/692MYkNG5kk/s1600/Desfile%2BBS%2B2010%2B024.jpg>. Acesso em: 05/05/2016.

O Caminho dos Pescadores, mirante localizado na Pedra do Leme, é ponto de encontro para amantes da pesca que frequentam o local diariamente. Além destes, durante o verão jovens da comunidade costumam usar o mirante para praticar salto ao mar ou “pular da pedra”.

Figura 10 – Pescadores no Caminho dos Pescadores no mirante da Pedra do Leme, 2013¹⁰.



Figura 11 – Jovem pula da pedra, 2014¹¹.



A região do sítio localizado na orla marítima da cidade do Rio de Janeiro também é fonte de renda para várias famílias da comunidade da Babilônia. Em sua grande parte estas pessoas trabalham como barraqueiros e ambulantes na orla. Os primeiros detêm um posto de venda fixo na praia autorizado pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Comercializam bebidas, alimentos e serviços como o aluguel de cadeiras e guarda-sol

¹⁰ Disponível em <http://imguol.com/2013/05/22/22mai2013---pescadores-na-pedra-do-leme-na-zonasul-do-rio-de-janeiro-em-dia-parcialmente-nublado-na-cidade-a-passagem-de-uma-frente-fria-emalto-mar-ajudou-a-formar-areas-de-instabilidades-na-regiao-1369238935986_956x500.jpg>. Acesso em: 05/05/2016.

¹¹ Disponível em <http://imguol.com/c/noticias/2014/01/16/16jan2014---banhistas-aproveitam-o-dia-decalor-forte-para-da-pedra-do-leme-se-jogarem-no-mar-na-zona-sul-do-rio-de-janeiro-nesta-quinta-feira16-1389903209640_1024x682.jpg>. Acesso em 05/05/2016.

aos banhistas Por não serem detentores de pontos de venda fixos, os ambulantes apenas comercializam produtos como alimentos e *souvenirs*.

Figura 12 – Ao fundo, barraqueiros e suas barracas na orla marítima¹²



Figura 13 – ambulante vendendo seus produtos no sítio, 2015¹³.



Não faz muito tempo a comunidade da Babilônia podia ser compreendida nos termos apresentados por Bauman (2003): uma comunidade ética ancorada em tradicionais laços de parentesco, vizinhança e solidariedade, organizada por compromissos profundos, vínculos sólidos e responsabilidades compartilhadas. Para os mais antigos, os mutirões comunitários ocorridos entre meados das décadas de 1980 e 1990 são lembrados como marcos deste período. Estes eram eventos que mobilizavam toda a comunidade para a construção de equipamentos públicos que seriam de uso comum dos moradores, como a

¹² Disponível em <<http://og.infg.com.br/in/15902584-443-cde/FT1086A/420/Praia-3.JPG>>. Acesso em 05/05/2016.

¹³ Disponível em <http://imguol.com/c/noticias/15/2015/08/19/19ago2015---vendedor-ambulantedescansa-na-praia-de-copabacana-zona-sul-do-rio-de-janeiro-no-dia-mais-quente-do-inverno-astemperaturas-chegaram-a-347c-1440022650824_956x500.jpg>. Acesso em 05/05/2016.

creche comunitária Dona Marcela que atende crianças da região (COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE, 2008/2009). A comunidade corresponderia, portanto, ao lugar da segurança, do conhecido e integrado.

Contudo, num mundo onde as bordas das fronteiras identitárias são cada vez mais borradas, tal definição de comunidade não dá conta de captar a diversidade dos atores que atualmente mantém relação com o Morro da Babilônia. Isto porque uma comunidade não se resume às pessoas que a constituem, já que muitas vezes ela própria preexiste a seus atuais membros e provavelmente continuará a existir após eles. Tampouco se limita a indivíduos reunidos em um local fixo e definido, podendo referir-se a grupos dispersos, vinculados virtualmente por seus interesses específicos. Comunidades podem ainda incluir outras comunidades detentoras de códigos próprios e valores a partir dos quais se relacionará com a comunidade mais ampla. Vê-se, portanto, que trata-se mais de um conjunto de interações plenas em significados e menos de quantificações demográficas e territoriais.

Costa (2005) propõe a compreensão do conceito de comunidade a partir da ideia de redes sociais, classificadas como “novas formas de associação, [que são caracterizadas por membros] imersos numa complexidade chamada rede social, com muitas dimensões, e que mobiliza o fluxo de recursos entre inúmeros indivíduos distribuídos segundo padrões variáveis” (p. 239). Estas novas formas de associação possibilitam que indivíduos distintos organizem-se em diferentes grupos compondo redes sociais que por sua vez poderão integrar a uma rede mais ampla. Aqui, critérios como parentesco, antiguidade e vizinhança, anteriormente centrais, tornam-se apenas alguns dos elementos possíveis à constituição de uma coletividade.

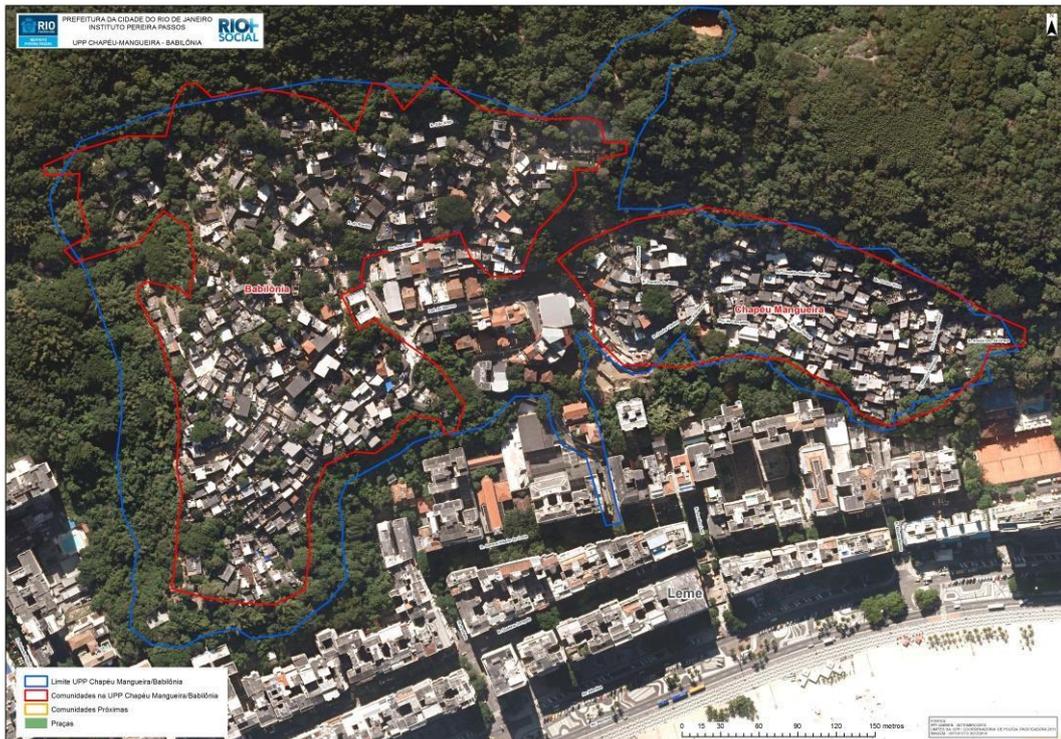
Entre os atores que integram as redes sociais na Babilônia pude identificar: os *religiosos* frequentadores das diversas igrejas evangélicas que existem nas comunidades da Babilônia e Chapéu Mangueira. Este grupo passou a acessar a região da zona de amortecimento após a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora na comunidade e em referência às suas crenças religiosas denominam o local como “Monte”. Igualmente temos os *moradores associados à instituições ou coletivos locais organizados* como os integrantes da CoopBabilônia e os guias turísticos para quem o Morro da Babilônia é uma fonte da renda. Há ainda aqueles moradores, majoritariamente *jovens*, para quem o Morro por eles chamado de “Mata” ou “Matinha” é uma zona de lazer. Fora dos limites territoriais da favela temos o *Shopping Rio Sul*, uma corporação

financiadora de projetos de sustentabilidade na região; a *Associação de Moradores da Rua Lauro Müller*, instituição parceira da CoopBabilônia em suas atividades e os *agentes do governo municipal* responsáveis pela gestão da Área de Proteção Ambiental no Morro da Babilônia e São João.

Deve-se considerar ainda os diversos *turistas de fim de semana e inquilinos sazonais* que ocupam os *hostels* e albergues locais gerando um fluxo de visitação no Morro da Babilônia e que viabiliza o trabalho daqueles que tiram dali seu sustento. Deste modo, considera-se legítimos integrantes da comunidade associada ao bem cultural, pessoas que como estas validam-se pelo estabelecimento de um vínculo de interesse e não por meio de uma prévia e longa relação com o bem. Isto amplia a noção de comunidade, pois incorpora a ela todo e qualquer indivíduo/coletivo cuja ação direta ou indireta, intencional ou não-intencional contribua positivamente para a manutenção e preservação do bem cultural com o qual se relaciona.

Neste ponto consideraria ainda uma outra rede cujo interesse dialoga com a sobrevida do Morro da Babilônia de modo direto e fundamental – a *fauna local*. É sabido que até o reflorestamento a zona de amortecimento era uma área ecologicamente condenada e que conseqüente à sua recuperação houve o retorno de muitas das espécies nativas daquela região (DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - REVISTA RIO SUL, 2015). Hoje estas espécies desempenham papel fundamental no processo de revitalização da flora e são peças-chave ao equilíbrio daquele ambiente. Creio que esta é uma perspectiva válida na medida que enfoca a cooperação entre humanos e nãohumanos na manutenção de um mesmo ecossistema que inclui agentes (a fauna) cuja associação com o bem é estabelecida unicamente em termos dos interesses e benefícios presentes na relação com ele.

Figura 14 – Fotografia aérea das comunidades Babilônia (demarcada em vermelho no lado esquerdo da imagem), Chapéu Mangueira (demarcada em vermelho no lado direito) e sua vizinhança com a zona de amortecimento no Morro da Babilônia (região de mata ao fundo) e com a região do sítio na orla marítima da cidade do Rio de Janeiro (faixa de areia no canto direito). Veja que o limite da UPP em azul inclui certa faixa da área da zona de amortecimento. 2014¹⁴.



2.3 CONSTRUINDO UMA ZONA DE AMORTECIMENTO

Durante os anos de 1970 e 1980 o crescimento populacional e a constante ocupação irregular, ocasionaram a destruição da área vegetativa localizada no alto do Morro da Babilônia. Incêndios favorecidos por uma extensa cobertura de capim colômbio – planta daninha com alto poder de disseminação, também contribuíam para a intensificação do processo de erosão do solo. Como consequência, enxurradas e deslizamentos tornaram-se frequentes trazendo grandes prejuízos ao ambiente, às famílias afetadas e às populações do entorno. Como saldo, em fins da década de 1980 o Morro da Babilônia apresentava menos de 20% de um total de 70 hectares de vegetação originária (DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - REVISTA RIO SUL, 2015; MORAES, 2013; DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - SATHLER, E. B.; STEPANSKY, D. V., 2004).

Diante da ausência de políticas públicas que contemplassem às demandas locais, no ano de 1987 iniciativas comunitárias visando a recuperação da região da Mata Atlântica foram implementadas a partir da criação da Frente Pró-Cidadania Ambiental, formada pelas associações de moradores do Leme, Babilônia, Chapéu Mangueira, Rua Lauro Müller, Ramon Castilla, Xavier Sigaud e Adjacências – ALMA, bem como por alguns grupos ambientalistas. Dois anos após o início dos trabalhos comunitários na região, o Governo do Estado do Rio de Janeiro destinou um montante

de verba para o reflorestamento no Morro da Babilônia que pouco depois foi descontinuada (DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - SATHLER, E. B.; STEPANSKY, D. V., 2004; MORAES, 2013).

Em 1994 é instituída a Secretaria Municipal de Meio Ambiente que incorpora a recuperação de áreas desmatadas a sua pauta de atuação a partir do projeto Mutirão do Reflorestamento. É importante ressaltar que o interesse da prefeitura do Rio de Janeiro na organização de cooperativas comunitárias dedicadas às ações de reflorestamento, levou a criação de diversos coletivos. Contudo, ao que parece a Coopbabilônia foi a única instituição que subsistiu. Sobre isto Abílio Tozini, presidente da ALMA diz o seguinte:

Outras cooperativas foram criadas. Mas o que é importante para as cooperativas sobreviverem é a continuidade do projeto. Então quando o projeto recebe exclusivamente verbas públicas, infelizmente a cada nova eleição de prefeito, se não houver o mesmo grupo político, aí o novo começa a criar tudo de novo. Então tem uma parada né? E na Coopbabilônia ela consegue ter essa continuidade porque tem estes recursos que vêm do Rio Sul que são sempre continuados (...) Digamos assim, ele é o patrocinador do trabalho da cooperativa numa parte significativa. Então o núcleo central da cooperativa sempre continua o trabalho. (Abílio Tozini, presidente da ALMA. Entrevista, 30/04/2016).

Segundo Abílio, além de conferir maior legitimidade à ação dos integrantes da Frente Pró-Cidadania Ambiental, o Mutirão do Reflorestamento serviu como uma plataforma para formação e formalização do coletivo de reflorestadores da comunidade Babilônia e que já atuavam no Morro da Babilônia. De modo que foram estes trabalhadores que, organizados em uma cooperativa, fundaram a Cooperativa de Trabalhadores em Reflorestamento e Prestação de Serviços da Babilônia – CoopBabilônia no ano de 1995 (DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - SATHLER, E. B.; STEPANSKY, D. V., 2004).

A mobilização e a reivindicação de atores locais – inclusive da Associação de Moradores do Morro da Babilônia – para que a região estivesse oficialmente sob tutela do poder público, fez com que em 11 de junho de 1996 o decreto municipal 14.874 criasse no Morro da Babilônia uma Área de Proteção Ambiental, instituindo a APA Morro da Babilônia e São João como uma unidade de conservação. Sob gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Conservação, além do Morro da Babilônia, a APA abrange o Morro do São João perfazendo uma área total de 126 hectares

(DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA-SATHLER, E. B.; STEPANSKY, D. V., 2004; MORAES, 2013).

A classificação oficial do Morro da Babilônia como uma unidade de conservação garantiu não apenas uma maior vigilância da ocupação do solo, mas também a chegada de maiores investimentos. O Shopping Rio Sul, que até então atuava como um apoiador das ações da Coopbabilônia no local, em 2001 resolve ‘adotar’ a área passando a investir diretamente nos projetos realizados via seu setor de responsabilidade social. O projeto Trilhas ganha impulso e em 2007 seu caminho na APA começa a ser sinalizado e sua trilha ecológica recuperada para a implementação de ações de ecoturismo (DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - SATHLER, E. B.; STEPANSKY, D. V., 2004; MORAES, 2013; DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - REVISTA RIO SUL, 2015)

Figura 15¹⁵

¹⁵ Da esquerda para a direita temos Carlos Palô, presidente da Coopbabilônia (2º) ao lado do ex-prefeito de Nova York Michael Bloomberg (3º) e do prefeito da cidade do Rio de Janeiro Eduardo Paes (4º) reunidos por ocasião da Rio+20 [2012]. Disponível em <<https://p2.trrsf.com/image/fget/cf/fitin/600/400/img.terra.com.br/i/2012/06/19/2392859-9818rec.JPG>>. Acesso em: 05/05/2016.



Para compreender os movimentos que propiciaram a articulação destes atores locais em torno da recuperação deste que consideram seu próprio patrimônio, é necessário que se preste atenção à resposta que Babilônia e sua comunidade vizinha, Chapéu Mangueira deram aos eventos relacionados às políticas públicas voltadas à favela a partir da segunda metade do século XX na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com Gonçalves (2006), pode-se estabelecer três períodos nas políticas públicas voltadas à favela. A fase que abarca os anos de 1950 e 1960 é caracterizada por uma ação voltada à erradicação das favelas por meio da remoção de suas populações das áreas já ocupadas. Uma segunda fase que vai dos anos de 1970 até o ano de 1988 onde pela primeira vez o poder público realiza algumas experiências voltadas à integração das favelas à ordem urbana e uma terceira fase, no pós Constituição de 1988 onde o discurso integrador estava mais consolidado e as favelas tornam-se verdadeiros laboratórios de experimentações urbanísticas. Enquanto forma de moradia a favela é um elemento constituinte da paisagem carioca que inseriu-se e consolidou-se na malha urbana do Rio de Janeiro como uma forma acessível de habitação para a população pobre. Precariamente integrada à estrutura urbana da cidade, as favelas resultam da especificidade de seu desenvolvimento (ABREU, 2014; VALLADARES, 2008; HUGUENIN, J. P. O. ANDRADE, 2014).

Durante a década de 1950 as comunidades Chapéu Mangueira e Babilônia vivenciavam esta precariedade a partir da falta de acesso aos serviços públicos básico e da fragilidade do direito à moradia. Em 1952 impulsionados pela chegada da enfermeira francesa Dona Renèe, os moradores fundam o Comitê Chapéu Mangueira e a partir deste coletivo conseguem organizar junto à empresa de água a disponibilização de água encanada para

as casas das famílias que ali residiam. Na mesma época, devido à dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde, organizados por Dona Renèe criam um posto médico comunitário que inicialmente passa a atender a população local, mais tarde ampliando o atendimento também aos moradores da comunidade da Babilônia (COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE, 2008/2009).

Segundo depoimentos de moradores, o posto médico foi um dos primeiros equipamentos públicos comunitários estabelecidos e rapidamente tornou-se o centro socializador a partir do qual a comunidade se estruturou e mobilizou. De modo que as demandas e as questões surgidas durante os atendimentos realizados no posto médico por Dona Renèe e outros voluntários, pautavam as ações da Associação de Moradores do Chapéu Mangueira criada em 1960 e cuja pauta principal era a questão da moradia (COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE, 2008/2009).

Ao abordar a política de não reconhecimento destes tipos de assentamentos pelo poder público da época, Gonçalves (2006) aponta para uma lógica perversa pautada naquilo que denomina de (des)construção jurídica das favelas, que consistia na transgressão sistemática da legislação relativa às favelas por parte do poder público a fim de manter suas populações num contexto de profunda fragilidade jurídica e social com vistas ao controle.

O ápice desta política foi vivenciada durante o período das remoções; já realizadas durante os anos de 1940 e 1950, mas que se tornam uma política pública para favelas a partir do Golpe Militar de 1964. Esta política contava com dois instrumentos jurídicos que orientavam as ações coercitivas: o artigo 349 do Código de Urbanismo de 1937 que proibia a melhoria nos barracos feitos de ripas de madeira e folhas de zinco, determinando sua destruição e substituição por unidades habitacionais populares; o que não ocorreu. O segundo texto legal era a Lei das Favelas de 1956 que por dois anos proibia a expulsão dos moradores garantindo-lhes o direito de receberem crédito para a aquisição de casas populares. Esta lei de fato acelerou o processo de remoção, pois a medida em que o Estado construía as casas, o morador era obrigado a partir normalmente para locais afastados dos grandes centros e dos demais membros da família.

Nesta época cerca de 200 famílias haviam sido removidos de uma só vez de Babilônia e Chapéu Mangueira. Um cabo aço nos limites da favela, delimitava o espaço autorizado para novas construções. Some-se a isto o fato destas duas comunidades contarem com um Destacamento de Policiamento Ostensivo do Exército em seu território cuja responsabilidade incluía impedir a verticalização da favela com a construção de casas de

alvenaria em substituição dos frágeis barracos (COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE, 2008/2009).

Remoções portanto, constituíam uma ameaça real ao direito de moradia destas populações. E se em Chapéu Mangueira a reação às elas foi o enfrentamento do poder institucional valendo-se dos recursos de organizações civis como a Pastoral das Favelas da Igreja Católica, a associação de moradores e a própria Federação das Associações de Moradores do Estado da Guanabara – Fafeg (atual Faferj), em Babilônia e opondo-se aos demais moradores, a opção da liderança local foi a aproximação ‘clientelista’ com os militares (COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE, 2008/2009).

Gonçalves (2006) aponta que fins de 1970 até 1988 a grande questão tornou-se a integração das favelas. Propostas de projetos de urbanização e de concessão de título de propriedade chegavam à pauta. Leis permitindo a construção de equipamentos públicos nas favelas, a regularização dos serviços de luz, água e esgoto e o enfraquecimento da política de remoção marcam este período. A abertura política e o alto número de moradores de favela fez com estes espaços passassem a ser vistos como potenciais currais eleitorais, tornando a favela um laboratório para as políticas urbanas. Com a autorização para se realizar construções de alvenaria, é nesta época que a quantidade de mutirões comunitários se intensificam. Ocorriam fosse para construir equipamentos comunitários fosse para ajudar na construção da casa de um morador. Os mutirões funcionavam como uma forma de interação entre os moradores para a melhora em sua qualidade e vida. É ainda neste período que uma série de coletivos culturais se estruturam aproximando as duas comunidades: o time de futebol de areia Embalo do Leme, a escola de samba Aventureiros do Leme e o Galpão de Artes. A comunidade da Babilônia tem sua primeira eleição direta para a presidência da associação de moradores (COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE, 2008/2009).

Incluindo a proibição das remoções e retirando a carga de ilegalidade das favelas, com a Constituição de 1988 este movimento de apropriação do território pelos moradores se amplia. Em Chapéu Mangueira equipamentos comunitários para uso das duas comunidades são construídos por meio de mutirões – a creche comunitária e a sede do Galpão de Artes. Em Babilônia reúnem-se moradores das duas comunidades para dar início às atividades de reflorestamento da região, que décadas depois seria incluída na zona de amortecimento do sítio Patrimônio Mundial na cidade do Rio de Janeiro – o Morro da Babilônia.

Portanto é a partir deste contexto que o Morro da Babilônia se constrói enquanto bem cultural para estas comunidades. É a partir de uma demanda por habitação gerada no seio da comunidade – não como uma demanda cultural de uma instituição patrimonial – que este maciço torna-se para a população local ‘a mata’, ‘o monte’; enfim algo que se deve preservar, proteger e manter.

É correto afirmar que enquanto instrumento de preservação patrimonial, a zona de amortecimento corresponde à área delimitada no entorno do sítio patrimonial, tendo como função complementar os efeitos protetivos de outros dispositivos que recaiam sobre o bem, para minimizar suas ameaças (MOTTA, L. THOMPSON, A., 2010; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION/WORLD HERITAGE CENTRE, 2008; INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2005).

Entretanto, sendo esta zona de amortecimento um lugar portador de tantas memórias e referências, é válido concordar com a afirmação que postula tais espaços também como zonas de cooperação; como pontes para conectar parceiros e comunidades ao sítio. Um local a partir do qual pode-se partilhar os benefícios do bem cultural com a comunidade sem que isto esgote o sítio ou negligencie as populações locais. (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION/WORLD HERITAGE CENTRE, 2008; INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2005).

Igualmente deve-se lembrar que ainda que diferenciando-se do sítio, a zona de amortecimento também contribui para seu significado atuando como um fator de ambiência e contextualização, relacionando-se às suas práticas e às suas historicidades - do sítio e da própria zona de amortecimento (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2005; MOTTA, L. THOMPSON, A., 2010). Tal como o conceito de *Historic Urban Landscape – HUL* que enfatiza não o *produto* do agenciamento humano sobre seu meio natural, mas o *entrelaçamento* das diferentes camadas dos valores naturais e culturais que emergem de determinado local ao longo do tempo.

O objetivo é então o de exercitar a prática de um patrimônio mundial que assentado no trinômio zona de amortecimento/comunidade/sítio, desenvolva-se enquanto uma teia ou entrelaçamento de camadas de representações e afetos cujo resultado mais interessante é o próprio processo antes ao produto. Possibilitando assim que narrativas locais das

identidades e ações comunitárias possa influenciar e serem influenciadas pela conformação de narrativas mais amplas que falam dos patrimônios humanos.

CAPÍTULO 3 – A COOPERATIVA DE REFLORESTAMENTO COOPBABILÔNIA

O capital social relaciona-se às normas e aos valores que governam as interações entre as pessoas e as instituições que compõem uma rede. É compreendido também como a capacidade de interação dos indivíduos de determinada rede com aqueles que lhe estão próximos/distantes geograficamente. O capital social é a “coerência cultural e social interna de uma sociedade” ou instituição (COSTA, 2005, p. 239).

Devido à referência que é na região e ao reconhecido papel de interlocução que detém frente aos atores das distintas redes sociais que integram a ampla rede comunitária associada à zona de amortecimento no Morro da Babilônia, a CoopBabilônia se mostra como um ator de fundamental importância para a análise e compreensão de tal coerência. Pelo conhecimento de seus projetos institucionais e parceiros é possível verificar o caráter civil e pouco institucionalizado da cooperativa. Uma lógica de atuação facilmente

explicada se levarmos em conta o contexto histórico no qual se desenvolveu os primeiros passos do associativismo nas comunidades localizadas no Morro da Babilônia. Com pouco ou nenhum suporte do poder público, é através da solidez de seu capital social e da articulação destas diversas parceiras que a Coopbabilônia viabiliza a realização de suas atividades.

Deste modo aqui, interessa apresentar o capital social desta instituição em interação com os atores de sua rede – sua lógica de cooperação e operação, sua capacidade de articulação, nível de mobilização – evidenciando como isto reflete na relação com a zona de amortecimento no Morro da Babilônia e, conseqüentemente, com o sítio declarado patrimônio mundial pela Unesco na cidade do Rio de Janeiro.

3.1 – COTIDIANO DE TRABALHO: LOCAL, TRANSVERSAL, NÃO- INSTITUCIONAL

A Coopbabilônia é uma cooperativa comunitária que emprega moradores locais e é por eles administrada. Na década de 1980 a cooperativa contava com cerca de 45 pessoas moradores das comunidades Babilônia e Chapéu Mangueira, atualmente conta com 27 trabalhadores que atuam nos setores de jardinagem, educação ambiental e na parte administrativa. Além da Babilônia, o contrato de atuação da cooperativa engloba também a área da Pedra do Urubu e do Morro São João, áreas adjacentes ao Morro da Babilônia e que também integram a zona de amortecimento no Setor C do sítio.

A equipe que atua na área verde dos Morros São João e Tabajaras realiza o projeto de reflorestamento nos moldes do executado no Morro da Babilônia. Estas duas comunidades também estão inseridas na área correspondente à zona de amortecimento do sítio cancelado. No Tabajaras, em especial, a cooperativa emprega 7 trabalhadores locais que possuem vínculo de trabalho com a sede na Babilônia.

Detentora de uma ampla rede social, a Coopbabilônia possui um grande protagonismo local. É membro do Conselho Gestor da APA do Morro da Babilônia e São João e interlocutora de instituições como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC e do Centro de Estudos e Pessoal Forte Duque de Caxias.

Desenvolve projetos socioambientais voltadas ao desenvolvimento comunitário articulando sustentabilidade e geração de renda. Entre suas ações destacam-se o já citado projeto Reflorestamento e o projeto Trilhas que serão tratados mais adiante. O primeiro foi responsável pela recuperação de 50 hectares de Mata Atlântica conduzindo à reestabilização do ecossistema do Morro da Babilônia. Trilhas, por sua vez, é um projeto de ecoturismo realizado no Morro em parceria com o Rio Sul e decorre do sucesso da ação de reflorestamento lá implementada pelos moradores (DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - SATHLER, E. B.; STEPANSKY, D. V., 2004).

3.2 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMUNITÁRIA

Trata-se de um trabalho preventivo onde se abordam temas comuns ao cotidiano da comunidade tais como, o combate aos focos de mosquito da dengue, o descarte adequado de lixo e dejetos de animais doméstico etc. A educação ambiental se desenvolve na transversalidade de temáticas relacionadas à sustentabilidade com foco no aumento na qualidade de vida dos moradores. Interessante porque esta perspectiva que associa sustentabilidade à percepção do aumento na melhora das condições materiais coletivas já era manifesta nos anos iniciais do associativismo local em Babilônia e Chapéu Mangueira. Em entrevista Seu Lucio Bispo, ex-presidente da Associação de Moradores do Chapéu Mangueira, irá afirmar acerca desta instituição que seus objetivos “giravam em torno do homem, do bem estar do homem, a sua participação, melhoria social e cultural para levantar a sua autoestima” (COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE, 2008/2009, p. 51). E se a isto considerarmos que a primeira instituição a centralizar as demandas locais foi um posto médico, percebemos que a transversalidade nas ações integra a lógica com que estas populações relacionam-se com seu meio em busca de seu desenvolvimento comunitário.

Na prática institucional da Coopbabilônia, isto contribui para uma aproximação do discurso ambiental como os relacionados à criação de trilhas ecológicas e ao processo de reflorestamento, a temas como saúde e limpeza urbana que são articulados em parceria com outras instituições públicas que ali atuam. Aqui a educação ambiental trata-se de um trabalho de base. Uma atividade reconhecida pelos cooperados como sendo de grande importância para o sucesso de seu próprio trabalho.

Por certo período a educação ambiental foi realizada por agentes da prefeitura e uma trabalhadora da cooperativa. Contudo, com a interrupção da visita do agente ambiental municipal, esta atividade continuou sendo realizada tendo a cooperativada Patrícia como sua executora. Este setor de educação ambiental deve passar por reformulações com vistas a ampliar sua penetração na comunidade. Segundo Patrícia, a proposta é que crianças moradoras da comunidade sejam inseridas no trabalho de educação ambiental atuando com "guardiões [sic] da natureza". Inicialmente os selecionados estarão entre as crianças frequentadoras da escola comunitária local Tia Percília, entretanto outros interessados são igualmente bem-vindos. Seriam selecionados representantes em cada rua da comunidade Babilônia e que ficariam responsáveis por fiscalizar a região onde moram:

Eles vão ser responsáveis em ajudar a tomar conta da rua. Tomar conta do morador que joga lixo no chão. E lá ele tem o crachá dele (...) vamos fazer crachá pra eles e eles vão chegar lá e vão se identificar: “Olha aqui, eu sou morador dessa rua, sou o guardião dessa rua e esse lixo que tá ali você não pode deixar ali, entendeu?” Nós vamos começar a fazer isso. (Patrícia, agente ambiental da Coopbabilônia. Entrevista, 19/04/2016).

E segue justificando a importância desta proposta:

Porque que nem nesse final de semana que teve mutirão [para retirada de lixo da comunidade]. Gente, a gente já passou dessa fase de tirar lixo! Isso não é função... o cidadão não foi lá nas Casas Bahia e comprou seu fogãozinho? Porque é que não desce com o velho sabendo que vai trazer doença? (...) Não estamos mais nessa época do pessoal do meio ambiente ter que ir lá. Da outra vez, do último mutirão que fizemos foram três caminhões só de eletrodomésticos. (...) Poxa eu acho que a gente já passou dessa fase, entendeu? É rato, é barata, é tudo... caramujo. (Patrícia, agente ambiental da Coopbabilônia. Entrevista, 19/04/2016).

Ao que parece estes mutirões organizados pela Associação de Moradores da Babilônia teriam um duplo objetivo. Um primeiro de realizar a retirada de lixo e entulho das vias públicas da comunidade e um segundo que seria o de ocupar estes espaços vazios com o cultivo de ervas medicinais. Contudo, ao atentar para a cultura local, Patrícia demonstra sua descrença no sucesso do projeto. Segundo ela, ao focar-se somente na consequência

da má prática, retirando o lixo por meio de mutirões, ações como estas pouco contribuem para problematizar a dimensão cultural que justifica e vê normalidade neste tipo de descarte; e isto segundo ela é o ponto principal do trabalho de educação ambiental.

Mas eu vou te ser bem sincera. Que Deus ajude que dê certo. Mas o povo já tá acostumado a jogar lixo ali. Você acha que ele vai deixar de jogar porque tem uma folha ali? (...) Então através desse projeto [de educação ambiental] a gente vai começar a desenvolver folders... (Patrícia, agente ambiental da Coopbabilônia. Entrevista, 19/04/2016).

As atividades da cooperativa são organizadas mensalmente e ficam visíveis num plano afixado no mural da instituição. De seus cooperativados é requisitado que apresentem relatórios de atividades individuais. No caso do agente ambiental, Patrícia apresenta um relatório de suas visitas domiciliares onde lista todos os procedimentos realizados, tais como o combate a possíveis criadouros de mosquito da dengue etc. Todas as suas ações são registradas de modo a permitir o acompanhamento posterior daquele domicílio criando um histórico dos atendimentos. Como dito anteriormente, Patrícia costumava trabalhar em parceria com uma agente ambiental vinculada à prefeitura, contudo desde o início do ano a Coopbabilônia realiza o trabalho de educação ambiental sem o suporte municipal. Como agente ambiental também é sua função atuar na interlocução com outros agentes municipais atuantes na comunidade lhes fornecendo informações relacionadas à sua área de atuação como a necessidade aplicação de mata mosquito ou da colocação de telas protetoras nas caixas d'água para evitar a proliferação de doenças, por exemplo.

A proximidade do trabalho do agente ambiental com questões comumente associadas à área da saúde básica, faz com que a rede social da cooperativa se expanda alcançando uma outra importante instituição local – o Posto Municipal de Saúde da Família. O que aumenta sua legitimidade e fortalece sua representatividade social.

Porque na verdade tem tudo a ver. Porque eu já fui agente de saúde, tá entendendo? Então é o mesmo trabalho só que agora com foco no ambiental. E sempre eu vou com um agente [de saúde] ... e cada semana eu vou com um deles, um ajudando o outro. Sempre com parcerias né, pra tá desenvolvendo um trabalho melhor na comunidade. Além de eu abordar o tema do meio do ambiente, eu ajudo eles [agentes de saúde] nesta parte. (Patrícia, agente ambiental da Coopbabilônia. Entrevista, 19/04/2016).

Patrícia realiza uma média de 12 a 15 visitas diárias acompanhando os agentes de saúde do posto médico. Quando em campo, seu objetivo é realizar visitas que classifica como sendo de "de boa qualidade" e que são caracterizada pela identificação e rápida solução dos problemas encontrados:

É você executar. Quer dizer, você chega lá e está cheio de foco [de mosquito]. Você elimina. Tipo assim, a casa é sua, mas eu vou fazer minha arrumação. (...) Porque se você esperar o morador fazer, ele não vai fazer (...) Sabe porquê? Eu trabalhei aqui no combate à dengue foram mais de cinco anos pela prefeitura com a Comlurb. Tem problemas que eu voltei e continuam, você tá entendendo? Eu fiquei afastada oito anos, trabalhei cinco anos e o problema continua. Você tá entendendo? Então se a pessoa não fez em treze anos não vai fazer agora gente. (Patrícia, agente ambiental da CoopBabilônia. Entrevista, 19/04/2016).

Vê-se, portanto, que o trabalho de preservação patrimonial da CoopBabilônia excede em muito sua atuação no perímetro da zona de amortecimento na APA do Morro da Babilônia. Percebe-se também que a noção de patrimônio e preservação aqui não é aquela das instituições de conservação. É um patrimônio não-institucionalizado mantido por uma instituição com forte base comunitária dedicada a promover o desenvolvimento sustentável atuando nas frentes que seu contexto social imediato demanda: seja via recuperação vegetativa de área desmatada, seja articulando meio ambiente a processos educacionais ou à questões de saúde básica. Ou seja, a preservação do Morro da Babilônia é meio para garantir a continuidade da própria coletividade, não seu fim. E esta preservação se mantém porque o Morro faz bem ao coletivo e porque o coletivo faz bem ao Morro.

Entendo que a ideia de um patrimônio compartilhado perpassa todas essas dimensões: a da identidade coletiva que constitui uma comunidade, a da ação coletiva que impulsiona o desenvolvimento comunitário e a do território vinculado ao bem cultural e que é portado de significado coletivo. Afinal a própria atuação da CoopBabilônia na zona de amortecimento no Morro da Babilônia, apenas pôde ser efetivada porque aquele local carregava significado para a comunidade. Sendo correto afirmar que narrativas locais também podem ser impressas em narrativas patrimoniais globais.

3.3 – PARCEIROS E PROJETOS

3.3.1 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA LAURO MÜLLER, RAMON CASTILLA, XAVIER SIGAUD E ADJACÊNCIAS – ALMA

Fundada em 1976 a ALMA é uma associação de moradores cujo escopo de ação tem como referência a sustentabilidade. Entre as atividades que desenvolve estão: educação ambiental; a realização de projetos de conservação ambiental e com comunidades locais; fiscalização ambiental e atividades de excursionismo.

Atua em temas relacionados à fauna e à flora para conservação da biodiversidade, às Unidades de Conservação, políticas públicas e legislação ambiental. No que tange o meio ambiente urbano, a ALMA dedica-se a temas como habitação, transporte e arborização, lixo e a criação de áreas sociais/culturais em ambientes urbanos.

É uma instituição que desenvolve parcerias em várias frentes já tendo atuado em projetos como o ALMA-AMOVILA-UNIRIO, voltado à oferta de atividades esportivas e culturais a crianças e jovens de sua área de atuação e na implantação da APA na Rua Marechal Ramon Castilha. A ALMA integra ainda o Fórum Coletivo Estadual de ONGs e a Federação Municipal de Associação de Moradores.

Segundo Abílio Tozini, atual presidente da instituição, a relação da ALMA com seus vizinhos é anterior à criação da Coopbabilônia, já que ambas as associações têm em comum que compartilham o Morro da Babilônia. Contudo, foi em fins da década de 1980 com a fundação da Frente Pró-Cidadania Ambiental pelas associações de moradores e grupos ambientalistas que esta relação foi sendo aprofundada já que uma de suas primeiras atuações o compromisso com o reflorestamento do Morro da Babilônia.

A partir da atuação desta Frente foram criadas as APA's da Rua Ramon Castilho (Apinha) localizada em Botafogo, um dos bairros mais adensados da cidade. Uma área de proteção requisitada ao poder público desde o ano de 1989 mas que só foi oficializada em lei no ano de 2015. A implantação da Apinha – todo o trabalho de plantio e jardinagem – está sendo executado pelos trabalhadores da Coopbabilônia com financiamento do shopping Rio Sul.

Além desta, também em decorrência do trabalho da Frente, e em especial da movimentação dos moradores do bairro do Leme, foi criada a APA do Morro do Leme, Morro dos Urubus e Ilha da Cotunduba. Por último, num esforço conjunto da Frente e

da comunidade da Babilônia houve a criação da APA do Morro da Babilônia e São João. Abaixo vista parcial do jardim mantido pela ALMA.

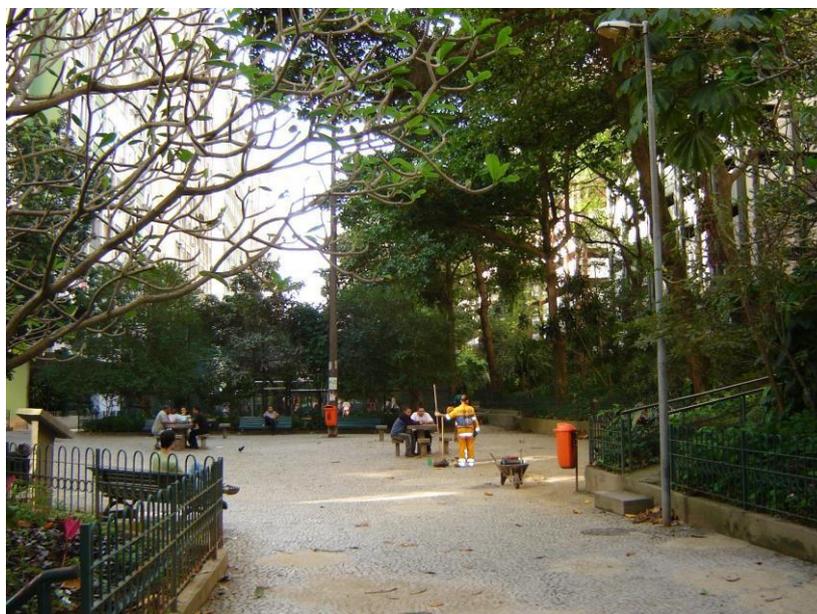


Figura 16 – Jardim urbano mantido pela ALMA, 2012¹⁹.

Além de um parceiro na realização dos projetos, Abílio é reconhecido por seu importante papel como intermediador nas negociações entre a Coopbabilônia e o Rio Sul, sendo responsável por realizar a ponte entre os interesses comunitários das associações civis e os interesses da corporação.

A cooperativa tem o shopping, tem a associação da Lauro Müller com o Seu Abílio. O Seu Abílio luta por nós, é um parceiro grande o Abílio.. tudo o que você imaginar ele protege a gente, ele ampara a gente, ele gosta. Ele faz mesmo caminhada com a gente [Projeto Trilhas] e vai falando do trabalho dos reflorestadores. Ele fala muito. Ele ama a natureza, entendeu?". (Deise, secretária da Coopbabilônia. Entrevista, 19/04/2016).

¹⁹ Disponível em <http://4.bp.blogspot.com/-0Vu0Xlr12w/T_IMU8Tw0xI/AAAAAAAAAeg/ZKHNTxbEOqc/s1600/DSC01694.JPG>. Acesso: em 05/052016.

E esta certamente não é uma relação de via única, pois como mostrado o intercâmbio de *expertise* se dá em reciprocidade já que uma das atribuições dos trabalhadores da cooperativa é realizar serviços de jardinagem na área da ALMA; atuando inclusive na implantação de sua APA. O que se vê, portanto, é uma profunda sinergia entre instituições

parceiras que cientes do compartilhamento de interesses comuns, potencializam suas ações ao expandirem suas redes sociais.

3.3.2 - SHOPPING RIO SUL

De acordo com informações disponíveis em seu *site*, Rio Sul foi o primeiro shopping construído na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1980. Sua localização próxima a famosos pontos turísticos da cidade fez dele um dos mais bem-sucedidos empreendimentos comerciais da cidade. Com uma área construída de cerca de 131 mil metros² e 400 lojas, Rio Sul recebe um fluxo anual de 22 milhões de pessoas.



Figura 17 – Fachada principal do shopping Rio Sul, 2015¹⁶.

Desde o ano de 2001 quando da assinatura frente ao Ministério Público do termo de ajustamento de conduta entre ALMA e Rio Sul, o shopping a ‘adotou’ o conjunto de APA's – Rua Ramon Castilha, Morro do Leme e Morro da Babilônia em sua política de responsabilidade social. Este contrato inclui o financiamento de ações ali desenvolvidas tais como o projeto de reflorestamento do Morro da Babilônia e o projeto Trilhas. Acerca disto, o que fica posto é que a sólida relação estabelecida entre a ALMA e a

¹⁶ Disponível em http://1.bp.blogspot.com/rIWp5130jj4/VY2UNtAGJdI/AAAAAAAAAM7g/KdndrxmtOYw/s1600/RIOSUL_Fachada.JPG. Acesso em: 05/05/2016.

Coopbabilônia fez com que esta última fosse, ela também, beneficiada com a assinatura do acordo entre a ALMA, o Rio Sul e o Ministério Público.

A Coopbabilônia foi se fortalecendo, atravessou as crises e hoje graças a Deus é uma entidade bem estruturada, reconhecida. E mais do que isso tido como um modelo pro Rio de Janeiro de um empreendimento bem sucedido. Então nosso relacionamento com a Coopbabilônia é de irmãos, de ter ajudado, contribuído na construção desta importante instituição". (Abílio Tozini, presidente da ALMA. Entrevista, 30/04/2016).

A partir de então o Rio Sul entra nessa relação como patrocinador figurando como contratante dos serviços realizados pela cooperativa em sua zona de atuação na APA do Morro da Babilônia e São João, assim como na APA da Rua Lauro Müller em Botafogo. O shopping é assim um importante elo entre as associações bem como um assegurado da continuidade de suas ações, porque viabiliza a sustentabilidade destas gestões a longo prazo, ao mesmo tempo em que garante forte capital simbólico às suas ações de responsabilidade social corporativa.

É o que eu costumo dizer, né? As pessoas da administração do Rio Sul, eles pegaram uma relação que era uma relação de conflito com a nossa associação de moradores e tiveram a inteligência de transformar em uma relação profícua. Uma relação que é boa pra nós da associação de moradores, é boa para a Coopbabilônia, é muito boa pro meio ambiente e é boa também pro Rio Sul porque eles ligam a imagem deles a um projeto de recuperação ambiental, de responsabilidade social (...) e é um compromisso do Rio Sul. Enquanto existir Rio Sul eles vão manter estes compromissos e com isso eles tiram um retorno de imagem diante da opinião pública, acredito até maior do que eles investem aqui. (Abílio Tozini, presidente da ALMA. Entrevista, 30/04/2016).

E ao que tudo indica o shopping compreende o marketing positivo que esta ação lhe traz. Em seu *site* na seção “projetos de cidadania” há menção a apenas dois projetos: o Arraial da Providência e o “Projeto Ambiental do Morro da Babilônia e do Morro do Leme”. Este é descrito como sendo o resultado de uma parceria entre o Rio Sul, a Prefeitura do Rio de Janeiro e a ALMA. Além de trazer a indicação do foco do projeto: “recuperação florestal”, “ecoturismo” e “educação ambiental”, Rio Sul apresenta-se como “patrocinador permanente” da Coopbabilônia.

É o Rio Sul também que organiza em parceria com o Instituto Ambiental Moleque Mateiro as visitas na trilha da APA do Morro da Babilônia. E em 2015 em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, o shopping center lançou uma tiragem especial de sua revista institucional – Revista Rio Sul – trazendo um especial com 4 matérias sobre o Morro da Babilônia e ações que financia ali (DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - REVISTA RIO SUL, 2015).

“Babilônia” apresenta uma reportagem sobre a Trilha da Babilônia cujo projeto de reflorestamento e sinalização foi financiado pelo shopping Rio Sul e aborda os projetos de responsabilidade social que a instituição desenvolve na cidade do Rio de Janeiro.

Em “Céu no Chão”, a revista apresenta o perfil de quatro frequentadores da área da APA Morro da Babilônia e São João: Plínio Senna, dentista profissional que atua como ornitólogo no tempo livre; Antonio de Souza, morador do que é apresentado na reportagem como sendo o “barraco mais antigo do Brasil”; Rubens Zerbinato, empresário local, proprietário de premiado bar localizado no Morro da Babilônia e Marcelo Alves, encarregado do projeto de reflorestamento financiado pelo Rio Sul no Morro São João, vizinho à Babilônia.

“Deslumbrante!” conta a trajetória da Trilha da Babilônia mostrando o impacto que o reflorestamento trouxe à região, além de trazer informações aos visitantes interessados em percorrer a trilha financiada pelo shopping. Por sua vez, “Ensaio” traz um ensaio fotográfico com imagens do cotidiano da comunidade Babilônia e da região da área de proteção ambiental. “Um Morro em Festa” mostra as diversas iniciativas culturais presentes na comunidade Babilônia.

Vê-se portanto uma profunda sinergia nesta relação onde cada tripé – sociedade civil (ALMA e Coopbabilônia); governo (Prefeitura do Rio de Janeiro) e iniciativa privada (Rio Sul) são beneficiadas. Atuando conjuntamente acabam por beneficiar umas a outras e suas ações na zona de amortecimento – o elo entre todos estes atores e consequentemente o sítio chancelado pela Unesco. O que revela o nível da solidez e da solidariedade interinstitucional presente entre os parceiros que compõem a rede da Coopbabilônia.

3.3.3– PROJETO MUTIRÃO REFLORESTAMENTO

Segundo dados do documento Projeto Mutirão Reflorestamento (SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO, s/d), este projeto ocorre desde 1994 no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC.

Considerando as características topográficas da cidade do Rio de Janeiro, favoráveis à ocupação em áreas verdes e de risco, o programa Mutirão Reflorestamento tem atuado em favelas com vistas a reduzir sua expansão na malha urbana da cidade diminuindo o risco da ocorrência de graves prejuízos ecológicos e econômicos à cidade.

O projeto tem como objetivo promover a recuperação de ambientes naturais degradados ampliando a cobertura vegetativa nestas áreas. Ainda segundo o documento são funções deste projeto: a) promover a estabilização do solo garantindo maior segurança à população local contra riscos de deslizamentos; b) minimizar a intensidade das enchentes reduzindo o assoreamento de rios e canais; c) limitar a expansão de favelas sobre áreas de risco bem como em áreas de proteção ambiental; d) proteger os remanescentes de floresta natural e sua fauna; e) garantir a fixação de carbono; e) melhorar a paisagem, oferecendo um ambiente de lazer propício à educação ambiental e f) proteger e regularizar os mananciais locais.

A implantação do reflorestamento envolve várias etapas que tem como grande diferenciador a previsão de ampla participação social. A seleção das áreas a serem beneficiadas leva em conta critérios técnicos e sociais. Em seu processo de implementação há uma intensa articulação comunitária para viabilizar a realização do projeto na comunidade, bem como para recrutar trabalhadores locais. A equipe de campo contratada recebe formação e treinamento para executar o reflorestamento, como para acompanhar sua manutenção.

Segundo Marcinho, vice-presidente da Coopbabilônia, as equipes de reflorestadores atuam desde a produção das mudas até a preparação das áreas de plantio. O que engloba diversas ações como a realização da limpeza da terra, a adubação e o combate às pragas bem como serviços de manutenção como a poda.

Trata-se de uma abordagem que inova ao incorporar a participação direta dos moradores das comunidades atendidas que coletivamente realizarão o plantio de forma remunerada. E porque possibilita a transferência de conhecimento que conduz a um sólido processo de *capacity-building* e autonomia comunitária.

Ainda de acordo com o documento, entre os obstáculos encontrados listam-se os incêndios que no caso da APA no Morro da Babilônia são potencializados devido à presença do capim colonião; as condições climáticas adversas; a criação de animais nas

encostas dos morros prática comum em algumas localidades; a desmobilização comunitária; o número insuficiente de trabalhadores e a instabilidade trazida pela violência.

O texto indica que entre 1991 e 2000 na APA no Morro da Babilônia houve recuperação de 23,4 ha e o plantio e o replantio de 74.184 mudas. No reflorestamento a maioria das espécies arbóreas utilizadas são nativas da Mata Atlântica. Atualmente o projeto está presente em cerca de 150 comunidades distribuídas em todas as regiões da cidade do Rio de Janeiro como os morros do Alemão na zona norte, Formiga, o Morro do Salgueiro na região central e na Babilônia na zona sul.

O projeto de reflorestamento continua sendo desenvolvido na APA da Babilônia, sobretudo porque algumas áreas ainda não foram totalmente reflorestadas. Apesar de não contar com o apoio financeiro da prefeitura, segundo Deise, secretária da Coopbabilônia, nos últimos 11 anos a prefeitura tem atuado como parceira da cooperativa doando insumos necessários à realização do plantio e manutenção da área verde. Além das mudas, a prefeitura doa algumas ferramentas básicas como as enxadas e foices que são usadas nas ações de reflorestamento. Estas doações são recebidas diretamente da fazenda-modelo e repassadas à cooperativa via Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Todo o trabalho de solo é realizado pelos cooperativados.

Deise afirma que esta parceria com a esfera governamental é importante porque garante o acesso gratuito aos insumos necessários tais como o ferramental, calcário, adubo e as mudas, cujo custo é especialmente elevado. Tal parceria permite ainda o gerenciamento mais confortável do recurso recebido pelo shopping Rio Sul que é destinado majoritariamente ao pagamento de salários, impostos e à execução de outras ações consideradas prioritárias.

Ainda que numa relação de parceria, uma vez que o Morro da Babilônia está inserido em área de proteção ambiental, é à prefeitura o órgão a quem a cooperativa deve prestar contas, inclusive com a apresentação de relatórios para o acompanhamento das atividades de reflorestamento realizadas. Abaixo imagens da equipe de trabalho durante o processo de reflorestamento em 1995 [Figura 18]¹⁷ e 2009 [Figura 19]¹⁸.

¹⁷ Disponível em <http://lh3.googleusercontent.com/-exDbsJI-JKY/SgRDhTUYo2I/AAAAAAAAAHI/kPca_W1uWwQ/s587-Ic42/equipereflorestamento.jpg>. Acesso em: 05/05/2016.

¹⁸ Disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/57/8a2.jpg>>. Acesso em: 05/05/2016.



Figura 20 - Morro da Babilônia antes do reflorestamento, 1990¹⁹.-

¹⁹ Disponível em <<http://diariodorio.com/wp-content/uploads/2008/11/morro-do-urubu-e-babilonia90.jpg>>. Acesso em: 05/05/2016.



Figura 21 - Morro da Babilônia durante o reflorestamento, *circa* 2000²⁰.



Figura 22 – Vista total do Morro da Babilônia após o reflorestamento, 2015²⁵.

²⁰<https://lh3.googleusercontent.com/-T6Sk4ex>

Lho/SgRBV_cdRtI/AAAAAAAAAF4/yjpm_zi6wcIosOxiKE_HhkeAbIuPrbLACCo/s720/DSC_2812.J
PG



3.3.4 - PROJETO TRILHAS

O projeto Trilhas consiste na realização de caminhadas guiadas pelas trilhas localizadas no Morro da Babilônia é uma iniciativa da Associação dos Lojistas do Rio Sul Shopping Center em parceria com o Instituto Moleque Mateiro de Educação Ambiental.

Segundo informações de sua página na internet, o Moleque Mateiro é um instituto de educação ambiental que desenvolve cursos e projetos que viabilizam o contato direto com a natureza com o objetivo de construir uma cultura de sustentabilidade que transforme positivamente as relações socioambientais.

O Instituto é membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro e dos conselhos consultivos do Parque Nacional da Tijuca e do Parque Estadual da Pedra Branca. Atua junto às escolas, universidades, em parceria com unidades de conservação assim como desenvolvendo projetos na área da sustentabilidade corporativa.

²⁵ Disponível em <https://lh3.googleusercontent.com/-6BvhSjkC_Pw/SgRBQk8LLdI/AAAAAAAAAFs/rsNRyn109ZMpc9LSsIFAG3cyvXKH114QCCo/s720/Urubu.Depois.JPG>. Acesso em: 05/05/2016.

De acordo com seu regulamento, as caminhadas ecológicas na trilha do Morro da Babilônia são eventos destinados às pessoas com idade a partir dos 6 anos de idade e ocorrem em datas pré-definidas. Crianças de 6 a 12 anos somente podem participar

acompanhas de seus responsáveis legais e pessoas com idade entre 13 e 17 anos apenas mediante assinatura de um termo de responsabilidade e/acompanhas do responsável legal. É ofertada apenas uma visita mensal cuja duração é de até 6 horas; tendo seu início às 9 horas e seu término marcado para até as 15 horas. A participação se dá mediante inscrição no site do Instituto Moleque Mateiro. As vagas são limitadas a um número máximo de 60 inscritos, havendo lista de espera. Todas as atividades são conduzidas pelos educadores ambientais do Instituto Moleque Mateiro. Devido à característica irregular do terreno não se recomenda a participação de pessoas com deficiência motora.

Além de acompanhar os grupos do Moleque Mateiro, a Coopbabilônia também realiza suas próprias visitas, desvinculadas das trilhas organizadas pelo Rio Sul. Ao contrário desta cujo público principal são os clientes do shopping, as caminhadas organizadas pela Coopbabilônia têm como público primordial turistas estrangeiros. Seu marketing inclui a produção de um site de divulgação e do panfleto *Andando na Trilha* distribuído pela cooperativa como divulgação da trilha na APA. O material traz uma breve apresentação do Morro da Babilônia enfatizando suas ruínas históricas e sua relação com a cidade do Rio de Janeiro. Escrito em português e inglês, o texto convida os visitantes a conhecerem a comunidade e seus costumes. Sua visitas ocorrem desde a parte da manhã com a última saída às 15 horas para garantir o retorno ao ponto de encontro até às 17 horas.

Um elemento que chama a atenção durante a caminhada é o cuidado com a segurança do visitante. Em minhas visitas acompanhei grupos de 20 a 40 pessoas e dependendo do número de pessoas este grupo era dividido em dois ou três grupos menores com cerca de 10 a 15 pessoas.

Uma vez separados, os grupos eram 'assessorados' por 2 ou 3 educadores ambientais do Moleque Mateiro, além do guia que apresentava a trilha. Igualmente, dois membros da Coopbabilônia se destacavam para acompanhar cada grupo: um à frente e outro atrás. Paralelo a esta organização, cortando o caminho até a trilha por dentro da comunidade, um outro membro da cooperativa ia à frente dos grupos verificando a segurança do ambiente abrindo o caminho para os visitantes.

Segundo o pessoal da cooperativa esta organização ocorre para garantir maior coesão e ritmo na caminhada e para que não ocorra de algum visitante ficar desassistido. Este cuidado é citado como um diferencial e uma marca que atesta o padrão de qualidade do trabalho da cooperativa na trilha.

Assim é o nome da nossa empresa, né? Porque nós somos donos, nós somos cooperados. Somos donos. Então, se a gente não tomar conta do que é nosso, não cuidar... A gente não tem funcionário aqui. Aqui é só sociedade. Então a gente tem que fazer da melhor forma possível entendeu, pra que cada vez mais o nosso nome seja [sic] falado, mas seja bem falado não mal falado. A gente tem essa preocupação porque são muitos anos (Patrícia, agente ambiental da Coopbabilônia. Entrevista, 19/04/2016).

Além do Rio Sul e do Instituto Moleque Mateiro, a ALMA é outra instituição que atua no desenvolvimento do Trilhas. De fato, desde sua criação a ALMA tem participação neste projeto que se tornou viável após sua inclusão no termo de ajustamento de condutas assinado entre esta associação, a cooperativa e o shopping Rio Sul.

Segundo Abílio em sua implementação, Trilhas não se trata de um simples projeto de ecoturismo. Prevendo a sinalização da trilha da APA do Morro da Babilônia, segundo ele o projeto tem como objetivo ampliar a capacidade das instituições da Frente Pró-Cidadania Ambiental gerando emprego e renda por meio das ações de turismo desenvolvidas na comunidade. Estes investimentos devem gerar a capacidade de atender tanto o público nacional quanto o internacional, diz. Para este fim, além da conclusão da sinalização das trilhas, Abílio aponta que a colocação de itens de segurança como guarda-corpos e a melhor estruturação e capacitação do grupo de guias da cooperativa Coopbabilônia são questões importantes e que ainda precisam ser melhoradas.

Estas trilhas têm um aspecto de beleza e de mostra da exuberância da natureza brasileira que podem ser melhor potencializadas. (...) Este projeto tem um pequeno módulo feito, mas ele precisa de melhorar; melhorar os acessos, melhorar a divulgação, precisa capacitar os próprios moradores das comunidades vizinhas pra ser um arranjo produtivo local pra gerar trabalho e renda pra população local. Por que essa, essa é a filosofia. (...) Porque veja só: quando tiver um fluxo constante de turistas, não só os guias do ecoturismo vão ter o seu trabalho e renda, mas outras atividades na comunidade, como os quiosques de artesanato, quiosques que oferecem um lanche, sucos, até mesmo restaurantes pitorescos (Abílio Tozini, presidente da ALMA. Entrevista, 30/04/2016).

Diz ainda que esta rede cujo ponto referencial é a zona de amortecimento no Morro da Babilônia é que dará a base para a formação de um arranjo produtivo local, sustentável e inclusivo que beneficiará tanto as comunidades locais na medida em que fortalece suas

relações gerando integração socioeconômica, quanto os parceiros da cooperativa Coopbabilônia que igualmente estabelecem uma relação com o bem cultural.

Por esta perspectiva, Abílio ressalta que não apenas para fortalecer a sinergia desta cadeia, as visitas que já ocorrem no local também tem como objetivo divulgar o investimento ali feito pelo Rio Sul, reconhecendo os frutos de uma parceria que desenvolve-se ininterruptamente a mais de uma década e que tem sido fundamental ao bom funcionamento desta rede.

Não é comum um grupo empresarial privado ficar mantendo um projeto dessa natureza. Muitas vezes as empresas fazem aqueles investimentos pontuais e aí fazem lá os seus *books* né, livros de propaganda, filmes pra fazer os seus anúncios e depois não dão continuidade. Neste caso aqui é muito positivo porque tem continuidade e tem continuidade pras famílias que tem seus arrimos de família empregados. (...) O Brasil vai ficar conhecido lá fora, pelos turistas que vêm lá de fora por uma coisa positiva, então realmente essa é uma solução muito boa. Por isso que eu acho que o Rio Sul está decidido a manter e até mesmo ampliar este investimento (Abílio Tozini, presidente da ALMA. Entrevista, 30/04/2016).

Ambos os projetos são acompanhados e fiscalizados por diferentes instituições da prefeitura do Rio de Janeiro. O projeto Trilhas tem o aval da RioTur – órgão responsável pela gestão do turismo da cidade. Por sua vez o projeto de reflorestamento e de recuperação ambiental está sob a supervisão da Secretaria Municipal de Meio

Ambiente. E é com esta engrenagem que esta rede se organiza: se a prefeitura detém a supervisão das ações, o Rio Sul as financia e a Coopbabilônia disponibiliza a mão de obra especializada, A ALMA entra nesta relação como um 'fiscal da sociedade'; com a instituição responsável por cobrar das demais partes o cumprimento de sua função neste consórcio.

Estes exemplos revelam que quando entendido como um processo coletivo de tomada de decisão local e de desenvolvimento de programas e ações para tornar uma comunidade um melhor lugar para viver e trabalhar (HUIE, 1976), o desenvolvimento comunitário conduzirá à manutenção do equilíbrio entre os diferentes atores que compõem a rede para mantê-la transversal, sustentável e inclusiva, como é o caso da Coopbabilônia.

Isto implica dizer por exemplo, que a aprovação de uma legislação específica para a proteção das espécies nativas da região da APA da Babilônia, além de um ganho ambiental representaria também um ganho para as políticas de preservação patrimonial para o todo do sítio Patrimônio Mundial posto que concorreria para sua sustentabilidade. Esta abordagem não apenas evidencia a dimensão da sustentabilidade e multidisciplinaridade tão buscadas nas políticas de preservação do patrimônio atuais, como contribui para a construção de comunidades mais fortes e coesas, aprofundando processos participativos que, como demonstrado, tornam seus atores motor para seu próprio desenvolvimento.

Figura 23 - À esquerda Abílio Tozini, presidente da ALMA, na trilha do Morro da Babilônia, 2015²⁶.



Figura 24 - Primeiro à direita, Márcio, vice-presidente da Coopbabilônia na trilha do Morro da Babilônia, 2015²¹.



Figura 25 – Sentido antihorário, segunda à esquerda, Deise, secretária da Coopbabilônia na trilha do Morro da Babilônia, 2015²⁸.

²¹ Arquivo cedido.

²⁸

Arquivo cedido.



Figura 26 Sítio chancelado pela Unesco na orla marítima da cidade do Rio de Janeiro vista do Morro da Babilônia; um dos elementos do sítio chancelado. 2015²².



²² Arquivo cedido.

30

Arquivo cedido.

Figura 27 - Sítio chancelado pela Unesco na orla marítima da cidade do Rio de Janeiro vista do Morro da Babilônia; um dos elementos do sítio chancelado., 2015³⁰.



Arquivo cedido.

Figura 28 Vista da zona de amortecimento no Morro da Babilônia do sítio chancelado no Morro do Pão de Açúcar ao fundo; um dos elementos do sítio chancelado.2015²³.



Figura 29 - Vista da zona de amortecimento no Morro da Babilônia do sítio chancelado pela Unesco para o aterro do Flamengo; um dos elementos do sítio chancelado. 2015³².

²³ Arquivo cedido.

³²

Arquivo cedido.



Figura 30 Torre do shopping Rio Sul e sua vizinhança com o Morro da Babilônia, 2015³³.

Arquivo cedido.



Arquivo cedido.

Figura 31 Ruínas históricas: casamata utilizada na Segunda Guerra Mundial, 2015³⁴.



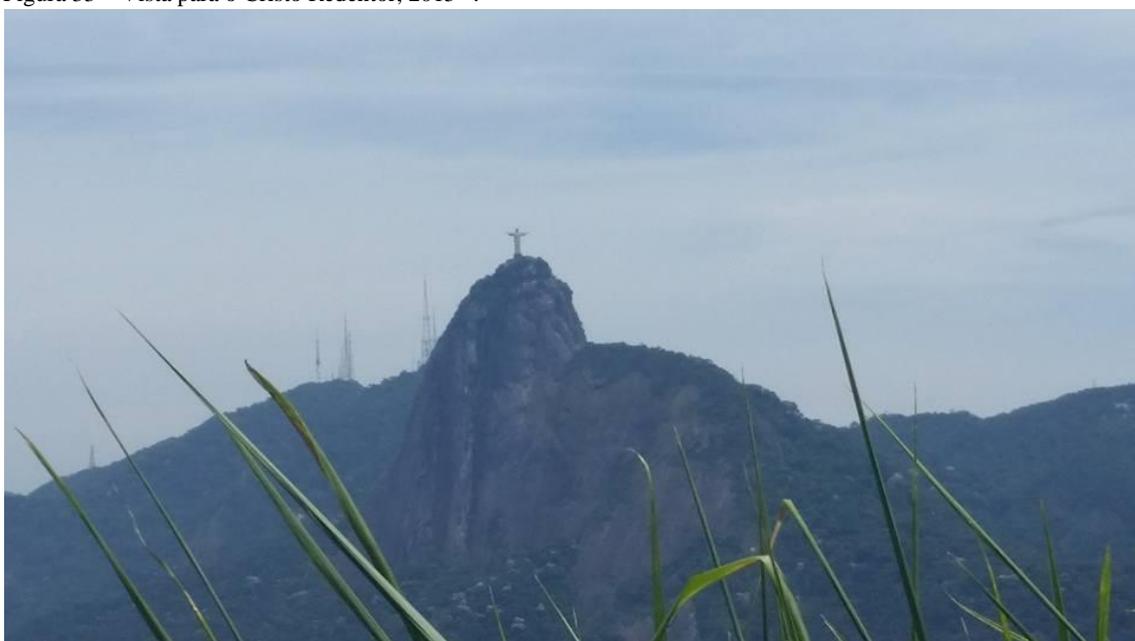
Arquivo cedido.

Arquivo cedido.

Figura 32 Ruínas históricas: antigo telégrafo, 2015³⁵.



Figura 33 – Vista para o Cristo Redentor, 2015³⁶.



³⁵
³⁶

Arquivo cedido.

Figura 34 — Resultado do trabalho de reflorestamento: árvores frutíferas na trilha do Morro da Babilônia, 2015³⁷.

Arquivo cedido.
Arquivo cedido.



Arquivo cedido.

Figura 35 Visitantes, 2015³⁸.Figura 36 – Visitante segura uma das mudas utilizadas pelos reflorestadores no projeto de reflorestamento e recuperação ambiental. Os mudários estão localizados nos limites da APA, 2015.³⁹

Arquivo cedido.
Arquivo cedido.

38
39

Arquivo cedido.

Figura 37 Visitante tendo o Morro do Pão de Açúcar ao fundo; um dos elementos do sítio chancelado.2015⁴⁰.

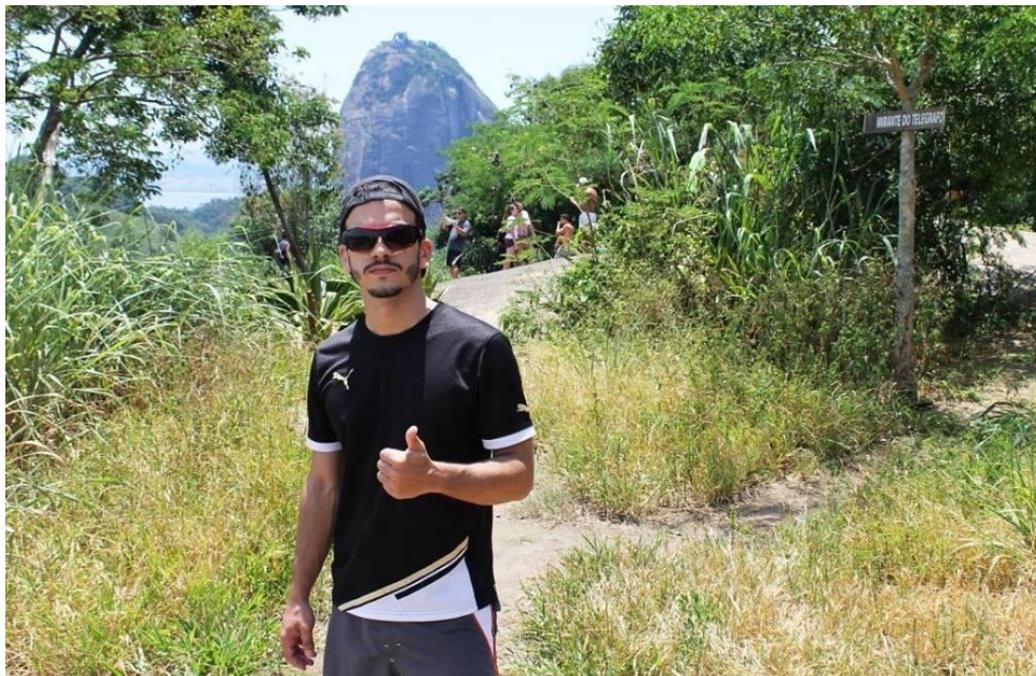


Figura 38 – Visitante tendo ao fundo a Baía de Guanabara; um dos elementos do sítio chancelado. 2015⁴¹.



Arquivo cedido.
Arquivo cedido.

40

41

Figura 39 Reflorestadores da Coopbabilônia, 2015⁴².



Figura 40 – Fim da caminhada, 2015⁴³.



42

43

CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMUNIDADE E PATRIMÔNIO MUNDIAL – DIÁLOGOS POSSÍVEIS

No interior de uma antiga catedral gótica aparece uma senhora já bem idosa, de joelhos, em prece, diante do altar-mor num estado de profunda comunhão devocional. No mesmo ambiente encontra-se um grupo de turistas orientais visitando a catedral. De repente o guia toca o ombro da mulher e dispara: “*Minha senhora, você está perturbando a visita*ção”.

Este episódio retratado por Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes em seu texto “O campo do patrimônio: uma revisão de premissas” (2014), pode ser considerado um retrato da atuação dos órgãos de gestão patrimonial no sítio Patrimônio Mundial reconhecido pela Unesco na cidade do Rio de Janeiro em relação às populações que lhes são associadas, sobretudo aquelas residentes nos morros localizados na zona de amortecimento do Setor C do sítio.

Considerando os documentos institucionais produzidos – o dossiê de candidatura e o plano de gestão do sítio – percebe-se que com vistas à construção de uma narrativa internacionalizada da cidade do Rio de Janeiro como bem cultural de Valor Universal Excepcional, há uma ação institucional no sentido de marginalizar a contribuição histórica destes atores locais na preservação da área citada – como demonstrado ao longo deste trabalho –, bem como de ocultar a presença de sua ocupação na região.

Isto fica evidente quando se considera o volume e a consistência da contribuição que os moradores das comunidades no Morro da Babilônia legam ao sítio patrimonializado e à sua zona de amortecimento e a contradição presente entre os textos que orientam a produção de patrimônios e as práticas de seleção dos agentes institucionais. Incoerência retratada na imagem anterior, onde o local, o ‘nativo’ é visto como ameaça e perturbação à integridade do bem. Sim, pois é no plano de gestão do sítio carioca elaborado pelo IPHAN que as comunidades inseridas em sua delimitação são citadas como elementos causadores de “pressão” sobre o bem.

Além da falta de coesão entre discurso e prática institucional, um dos problemas desta forma de se produzir e selecionar patrimônios é que ela estabelece uma barreira – artificial muitas vezes – entre a comunidade e o bem cultural. Digo bem cultural e não

patrimônio, pois nem todos os bens culturais são patrimônios, ainda que todos os patrimônios requeiram previamente sua valoração como bem cultural.

De modo que uma cultura institucional que não incorpore as coletividades associadas ao bem cultural à sua gestão, caminha no sentido de inviabilizar a sustentabilidade daquele patrimônio que se quer preservar. Pois é necessariamente no ritmo da vida cotidiana, junto às pessoas do cotidiano que os patrimônios mundiais irão se reproduzir. Ou não. Mas uma vez havendo coletividades que vejam nele também justificativa para preservar, ainda que orientando-se por outros termos que não os dos agentes patrimoniais, que assim seja.

Assim, se no âmbito geral o trabalho da cooperativa Coopbabilônia trouxe muitos benefícios materiais para a comunidade, creio que é na dimensão dos sentidos que mais intensamente este legado tenha se constituído; o que é evidenciado pela relação leve, habitual que a população local estabelece com o bem cultural Morro da Babilônia, zona de amortecimento do sítio Paisagem Carioca entre a Montanha e o Mar. Há, portanto, de se atentar os perigos do processo de patrimonialização caminhar no sentido de esvaziar um bem cultural de seus usos e práticas anteriores, limitando assim as apreensões possíveis de serem feitas do bem. Num cenário em que os rostos e os afetos cotidianos tornam-se ruídos e descaracterizações dignas de saneamento por meio de políticas públicas, como recomendado pelo plano de gestão do sítio carioca acerca das populações residentes nos morros localizados nos limites da zona de amortecimento do Setor C.

A marginalização destas comunidades nos processos de gestão do sítio – e aqui me refiro especialmente à zona de amortecimento no Morro da Babilônia, é contraproducente a um bem cultural que hoje existe exatamente pelas relações estabelecidas e as memórias compartilhadas com ele por estas comunidades em tempos anteriores. O que coloca a necessidade de considerarmos na produção e na gestão dos patrimônios mundiais, não apenas as práticas e representações institucionais mas também as muitas narrativas locais pelas quais o bem cultural se permite representar.

Sabe-se que não serão forças externas, coercitivas que darão segurança e sustentabilidade a patrimônios cujo valor não tenha sido apreendido por certa população. Pelo contrário, a compreensão do valor de um bem cultural e da necessidade de preservá-lo vem pela convivência e pela relação com ele. De modo que torna-se essencial que os atores relacionados ao bem e que sejam residentes das diversas comunidades que estabelecem relação com o bem, sejam incorporados neste debate com o *status* de parceiros que

compartilham um mesmo patrimônio. Isto é especialmente importante quando se considera a diferença entre o movimento de reprodução da favela e o aquele do patrimônio. Pois enquanto um caminha em direção à alteração, o outro busca pelo repouso.

O projeto de reflorestamento deixou um grande legado à comunidade da Babilônia e à sua vizinha Chapéu Mangueira. E a partir dele muitas das consequências citadas pelo plano de gestão foram controladas – a degradação cobertura vegetal, os incêndios nas matas e os deslizamentos de terra. Ao tratar a questão do desenvolvimento comunitário como uma ação coletiva para solucionar problemas que eram comuns e para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, os reflorestadores da Coopbabilônia deram corpo a um sólido processo de *Capacity-building* e Conservação sem que termos patrimoniais como estes lhes fossem conhecidos. Sendo o resultado de seu trabalho referência para outras comunidades, também integrantes da malha urbana que compõe a zona de amortecimento do sítio chancelado, como é o caso do Morro do São João e Tabajaras e Cabrito.

Neste ponto e considerando o exposto neste trabalho, é clara a existência de um padrão de ação nas ações preservacionistas da Coopbabilônia distinto daquele dos gestores patrimoniais tradicionais. E a meu ver esta diferença pode ser resumida na palavra participação. O que não apenas incentiva – mas de fato promove – o engajamento comunitário na preservação do bem, inclusive, indo ao encontro do disposto no Relatório do I Encontro de Especialistas em Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável, quando propôs-se a inclusão de um 6º C de Cooperação entre os objetivos estratégicos da Convenção do Patrimônio Mundial (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012).

8. REFERÊNCIAS

ENTREVISTAS

DEISE. **Projetos da Coopbabilônia e seus parceiros**. Rio de Janeiro, 19 abril 2016. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Gonçalves.

PATRÍCIA. **Educação Ambiental Comunitária na Coopbabilônia**. Rio de Janeiro, 19 abril 2016. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Gonçalves.

TOZINI, Abílio. **Projetos da Coopbabilônia e seus parceiros**. Rio de Janeiro, 30 abril 2016. Entrevista concedida à pesquisadora Ana Gonçalves.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mauricio A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: FRIDMAN, F.; HAESBART, R. (Org.). **Mauricio de Almeida Abreu: escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 464 p.

BAUMANN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 138 p.

BAHIA, M. S. O Lugar da favela na paisagem e no patrimônio. In: 3º COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 15 a 17., set. 2014. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/artigos/pdf/379.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

BRASIL. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Decreto nº 35.879 de 5 de julho de 2012**. Dispõe sobre o Rio como patrimônio da humanidade e dá outras providências.

COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2008/2009-IMPRESSO. **Versão do passado** – a história e a memória do Chapéu Mangueira pelos moradores. 89 p.

COSTA, R. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais e inteligência coletiva. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, vol. 9, n.17, p. 235-248, 2005.

DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - REVISTA RIO SUL. Rio de Janeiro: Rara Cultural, 2015-IMPRESSO. **Trilha da Babilônia: os 450 anos do Rio, saiba tudo sobre o mais novo – e mais belo – passeio carioca.** 50 p.

DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - SATHLER, E. B.; STEPANSKY, D. V. **Diagnóstico organizacional dos atores nas áreas de proteção ambiental** – APA dos morros da Babilônia e São João e Morro do Leme e Arredores. GTZ: Rio de Janeiro, 2004. 40 p.

FREIRE-MEDEIROS, B. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 22, n. 65, p. 61-72, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n65/a06v2265.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

GONÇALVES, R. S. A política, o direito as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. **URBANA – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 1, n.1, p. 1-23, 2006. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana_old/article/view/1007>. Acesso em: 14 set. 2016.

HABITAT NORWAY. JOHNSURD, H. (Org.). **Habitat Report 2009**. Reporting the conference on the World Habitat Day in Oslo, October 5, 2009. Slum Cultures – The role of cultural heritage in poor urban settlements.

HUIE, J. What do we do about it? – a challenge to the community development profession. **Journal of the Community Development Society**, vol. 6, n. 2, p. 14-21, 1976.

HUGUENIN, J. P. O.; ANDRADE, L. S. Favelas Cariocas: Pelo seu reconhecimento como paisagem cultural do Rio de Janeiro. In: 3º COLÓQUIO IBERO-AMERICANO

PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 15 a 17., set. 2014. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/artigos/df/410.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais** - informações territoriais. 2010. 23 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. LODI, M. C. V. (Org.). **Dossiê do patrimônio mundial Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar.** s/d. 108 p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%20AA%20portugu%C3%AAs%2028%20mar%C3%A7o%202011%20RJ.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – a Convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972: para saber o essencial.** 2008. 80 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. TORELLY, L. P. (Org.). **Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável.** Encontro de especialistas em patrimônio mundial e desenvolvimento sustentável, Ouro Preto – MG. Brasil. Fevereiro de 2012. IPHAN: Brasília, 2012. 70 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Site management plan-Rio de Janeiro: carioca landscape between the mountain and the sea.** 2014. 193 p. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1100/documents/>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Xi'an Declaration on the conservation of the setting of heritage structures, sites and areas.** 2005. 4 p. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/xian2005/xian-declaration.htm>>.

Acesso em: 27 jun. 2016.

MATTOS, R. C. Militares de baixa patente na primeira república: os primeiros moradores das favelas cariocas? In: 26º Simpósio Nacional de História – ANPUH, 17 a 22., jul. 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308102587_ARQUIVO_MILITARESEFAVELASANPUH1.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2015.

MENEZES, U. T. B. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.** p. 25-39. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%204%20%20MENESES.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

MORAES, C. A invenção da favela ecológica: um olhar sobre turismo e meio ambiente no Morro Babilônia. **Estud. sociol.**, v.18 n.35 p.459-474 jul.-dez. 2013. Disponível em: < <http://piwik.seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/6464/4773>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

MOTTA, L. THOMPSON, A. **Entorno de bens tombados.** Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2010. 174 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Mutirão Reflorestamento.** s/d. 40 p. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarelo.pdf>>. Acesso em: 05/05/2016.

SUMANOV, Lazar. Cultural heritage and community development. In: ICOMOS 17th General Assembly, 2011-11-27 / 2011-12-02. Paris. **Anais...** Paris, 2011.. Disponível em: <http://openarchive.icomos.org/1291/1/IV-2-Article2_Sumanov.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2015.

UNESCO-WORLD HERITAGE CENTRE. MERODE, E. de; SMEETS, R.; WESTRIK, C. W. (Org.). **Linking universal and local values: managing a sustainable future for world heritage.** A Conference organized by the Netherlands National

Commission for UNESCO, in Collaboration with the Netherlands Ministry of Education, Culture and Science. World Heritage Centre, Paris: 2004. 206 p. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_13_en.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2015.

UNESCO-WORLD HERITAGE CENTRE. AGAREZ, F. (org.). **Orientações técnicas para a aplicação da Convenção do patrimônio mundial**. 2013. 136 p. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide13-pt.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

UN-HABITAT-UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. **The challenge of slums: global report on human settlements, 2003**. UN-HABITAT: London, 2003. 310 p.

UNITED NATIONS FOUNDATION. BROWN, J.; HAY-EDIE, T (Org.). **COMPACT: engaging local communities in the stewardship of world heritage**. 2013. 143 p. Disponível em: <http://www.et.undp.org/content/dam/ethiopia/docs/Engaging%20Local%20Communities_Compact_Report_for%20web.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2015.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. DROSTE, Von Bernd. World Heritage and globalization: UNESCO's contribution to the development of global ethics. In: ALBERT, M.-T.; RICHON, M.; VIÑALS, M. J.; WITCOMB, A. (Org.). **community development through world heritage**. 2012. p. 11-15. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_31_en.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2015.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. ALBERT, Marie-Theres. Perspectives of world heritage: towards future-oriented strategies with the five C's. In: ALBERT, M.-T.; RICHON, M.; VIÑALS, M. J.; WITCOMB, A. (Org.). **Community development through world heritage**. 2012. p. 32-38. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_31_en.pdf>. Acesso em: 27 jun.

2015.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. NEGUSSIE, E.; WONDIMU, G. A. Managing world heritage sites as a tool for development in Ethiopia: the need for sustainable tourism in Lalibela. In: ALBERT, M.-T.; RICHON, M.; VIÑALS, M. J.; WITCOMB, A. (Org.). **Community development through world heritage**. 2012. p. 93-99. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_31_en.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2015.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. OKWARE, I, J.; CAVE, C. Protected areas and rural livelihoods: the case of a world heritage site in western Uganda. In: ALBERT, M.-T.; RICHON, M.; VIÑALS, M. J.; WITCOMB, A. (Org.). **Community development through world heritage**. 2012. p. 86-92. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_31_en.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2015.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. RÖSSLER, Mechtild. Partners in site management. A shift in focus: heritage and community involvement. In: ALBERT, M.-T.; RICHON, M.; VIÑALS, M. J.; WITCOMB, A. (Org.). **Community development through world heritage**. 2012. p. 27-31. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_31_en.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. DEEGAN, Naomi. The local-global nexus in the politics of World Heritage: space for community development? In: ALBERT, M.-T.; RICHON, M.; VIÑALS, M. J.; WITCOMB, A. (Org.). **Community development through world heritage**. 2012. p. 77-84. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_31_en.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. STARR, Fiona. Poverty alleviation through world heritage conservation: encouraging corporate partnerships at Temple of Preah Khan, Angkor. In: ALBERT, M.-T.; RICHON, M.; VIÑALS, M. J.; WITCOMB, A. (Org.). **Community development through world heritage**. 2012. p. 100-106. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_31_en.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. WHC-07/31.COM/13 B. **Proposal for a ‘Fifth C’ to be added to the Strategic Objectives**. 2007. 7 p. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/2007/whc07-31com-13be.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION/WORLD HERITAGE CENTRE. MARTIN, O.; PIATTI, G. (Org.). **Report of the International expert meeting on world heritage and buffer zones Davos, Switzerland, 11 – 14 March 2008**. 2009. 202 p. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/document/101967>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 204 p.

As opiniões e conceitos emitidos neste trabalho são de inteira responsabilidade de seu autor, não refletindo, necessariamente, o pensamento do Centro Lucio Costa/CLC-IPHAN, Centro de Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO.

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

Como citar:

Gonçalves, Ana Cristina de Souza. Patrimônio Mundial e Comunidade: um estudo de caso da atuação da CoopBabilônia na zona de amortecimento do sítio Rio de Janeiro - paisagens cariocas entre a montanha e mar no Morro da Babilônia (1995 - 2015). Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa-CLC, 2017. 1ª Chamada de Pesquisas.